

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**  
**CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR**  
**2014/2015**



**TIG**

**UMA ANÁLISE DA FUNÇÃO DE COMBATE APOIO DE SERVIÇOS NA  
CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**UMA ANÁLISE DA FUNÇÃO DE COMBATE APOIO DE SERVIÇOS NA  
CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

**CAP INF ANDRÉ MANUEL NUNES RIBEIRO**

**CAP ENG JOÃO PEDRO C. DOS REIS BENTO**

**CAP ART NUNO MIGUEL LOPES DA SILVA (Coordenador)**

**CAP ADMIL HUGO RICARDO MIRANDA LEITÃO**

Trabalho de Investigação de Grupo do Curso de Promoção a Oficial Superior 2014/2015

Pedrouços 2015



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**UMA ANÁLISE DA FUNÇÃO DE COMBATE APOIO DE SERVIÇOS NA  
CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

**CAP INF ANDRÉ MANUEL NUNES RIBEIRO**  
**CAP ENG JOÃO PEDRO C. DOS REIS BENTO**  
**CAP ART NUNO MIGUEL LOPES DA SILVA (Coordenador)**  
**CAP ADMIL HUGO RICARDO MIRANDA LEITÃO**

Trabalho de Investigação de Grupo do Curso de Promoção a Oficial Superior 2014/2015

Orientadores:

MAJ ADMIL RITA ISABEL COSTA MENDONÇA DA LUZ

MAJ INF FERNANDO CÉSAR DE OLIVEIRA RIBEIRO



## **Agradecimentos**

Aos majores Rita Luz e Fernando Ribeiro, orientadores deste trabalho, pela permanente disponibilidade, apoio, orientação e conselhos úteis transmitidos durante toda a fase de desenvolvimento.

Aos distintos militares entrevistados, que pela forma prontamente disponível, contribuíram com o seu tempo e saber para a clarificação de conceitos e ideias.



## Índice

Introdução .....	1
1. A Função Logística Reabastecimento .....	5
a. Organização/Contexto Logístico.....	5
b. Estruturas e Apoio Logístico.....	6
c. Processo Logístico .....	7
d. Reorganização Logística .....	8
e. Ciclo de Abastecimentos.....	9
f. Síntese Conclusiva .....	12
2. A Função Logística Manutenção .....	14
a. A Estruturação do Serviço de Manutenção.....	14
b. A Operacionalização da Manutenção.....	17
c. O Agravamento das Dificuldades .....	18
d. Síntese Conclusiva .....	20
3. O Apoio de Pessoal.....	21
a. Efetivos .....	21
b. Pessoal Militar.....	23
c. Moral e Serviços de Pessoal.....	25
d. Síntese Conclusiva .....	27
Conclusões .....	29
Bibliografia .....	32



### **Índice de Anexos**

Anexo A – Organização Territorial de Campanha	Anx A – 1
Anexo B – Dispositivo Logístico e Administrativo 1962	Anx B – 1
Anexo C – Mapa de Recursos Logísticos	Anx C – 1
Anexo D – Preço Médio de Combustíveis	Anx D – 1
Anexo E – Dispositivo Logístico e Administrativo 1965	Anx E – 1
Anexo F – Dispositivo Logístico e Administrativo 1967	Anx F – 1
Anexo G – Organigrama do Serviço de Manutenção no TO de Angola	Anx G – 1
Anexo H – Localização dos Órgãos Logísticos do Serviço de Material	Anx H – 1
Anexo I – Unidades Mobilizadas para Angola	Anx I – 1

### **Índice de Apêndices**

Apêndice A – Estrutura Logística	Apd A – 1
----------------------------------	-----------



### **Índice de Figuras**

Figura nº 1: Processamento do Fluxo de Reabastecimentos de Intendência	10
Figura nº 2: Evolução dos Efetivos no TO de Angola referidos a 31 de dezembro	22
Figura nº 3: Organização Territorial de Campanha	Anx A – 1
Figura nº 4: Dispositivo Logístico e Administrativo 1962	Anx B – 1
Figura nº 5: Mapa 1 – Possibilidades de Obtenção de Carne	Anx C – 1
Figura nº 6: Mapa 2 – Possibilidades de Obtenção de Peixe	Anx C – 2
Figura nº 7: Mapa 3 – Possibilidades de Obtenção de Vegetais Frescos	Anx C – 3
Figura nº 8: Mapa 4 – Classificação do TO	Anx C – 4
Figura nº 9: Zonas de Preços Médios de Combustíveis	Anx D – 1
Figura nº 10: Dispositivo Logístico Administrativo 1965	Anx E – 1
Figura nº 11: Dispositivo Logístico Administrativo 1967	Anx F – 1
Figura nº 12: Organigrama do Serviço de Manutenção no TO de Angola	Anx G – 1
Figura nº 13: Localização dos Órgãos Logísticos do Serviço de Material	Anx H – 1

### **Índice de Tabelas**

Tabela nº 1: <i>Evolução dos Efetivos no TO de Angola referidos a 31 de dezembro</i>	22
Tabela nº 2: <i>Dados Estatísticos</i>	24
Tabela nº 3: <i>Unidades Mobilizadas para TO de Angola de 1961 a 1974</i>	Anx I – 1



## **Resumo**

As campanhas militares em África são um tema do passado recente que cativa a maioria dos militares, na medida em que tiveram parte ativa ou que no limite possuem familiares e amigos que nelas combateram.

Por ser um tema de avultado interesse o IESM decidiu efetuar um esforço significativo para que os alunos do CPOS estudem novamente este conflito e se retirem conclusões passadas cinco décadas do início daquele teatro de operações em Angola. Especificamente, este trabalho incide no Apoio de Serviços utilizado na campanha militar no período de 1961 a 1974.

Com base nesta perspetiva, a presente investigação teve o propósito de analisar como foi efetuado o Reabastecimento, como se processava a Manutenção e ainda como se desenvolvia o Apoio de Pessoal.

As principais conclusões indicaram que o Apoio de Serviços na campanha militar em Angola foi eficiente, tendo em conta os escassos recursos do país e a duração da campanha, muito devido à descentralização do apoio aos baixos escalões (companhia).

## **Palavras-chave**

Angola, Apoio de Serviços, Reabastecimento, Manutenção, Apoio de Pessoal.



**Abstract**

*The military campaigns in Africa are a recent past theme that captivates most military personnel, as they took part in it or have family or friends that fought in them.*

*Being a highly interest theme, IESM decided to undergo a significant effort so that CPOS students analyse once again this conflict and take conclusions, five decades after the beginning of the Angolan theatre of operations. This work specifically focuses in the services support used in the military campaign in the 1961-1974 period.*

*Based in this perspective, the current essay has the purpose of analysing how the resupply was done, how maintenance was processed and how the personnel support was developed.*

*The main conclusions indicated that the services support in Angola's military campaign was efficient, considering the scarce resources of the country and the duration of the campaign, much due to the decentralization of the support to the lower levels (company).*

**Keywords**

*Angola, Services Support, Resupply, Maintenance, Personnel Support.*



## Lista de Abreviaturas

### A

AM – Academia Militar

AM1 – Área Militar nº 1

ApPess – Apoio de Pessoal

ApSvc – Apoio de Serviços

### C

CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército

ChfSvcInt – Chefia do Serviço de Intendência

CInt A/D – Companhia de Intendência de Apoio Direto

COM – Cursos de Oficiais de Milicianos

### D

DB – Depósitos Base

DBV – Depósito Base de Víveres

DepTerViv – Depósito Territorial de Víveres

DL – Decreto-Lei

### L

LD – Locais de Distribuição

LR – Locais de Reabastecimento

### M

MVL – Movimento de Veículos Logísticos

### N

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

NEP – Norma de Execução Permanente

### O

OrgAvInt – Órgãos Avançados de Intendência

### P

PDE – Publicação Doutrinária do Exército

Pel A/D – Pelotões de Apoio Direto

PelInt – Pelotões de Intendência

### Q

QD – Questão Derivada



QP – Quadro Permanente

**R**

RC – Ração de Combate

RNV – Ração Normal de Víveres

**S**

SAM – Serviço de Administração Militar

SPM – Serviço Postal Militar

SvcInt – Serviço de Intendência

**T**

TO – Teatro de Operações

**U**

UEC – Unidade Escalão Companhia

**Z**

ZIC – Zona de Intervenção Centro

ZIL – Zona de Intervenção Leste

ZIN – Zona de Intervenção Norte

ZIS – Zona de Intervenção Sul

ZMC – Zona Militar Centro

ZML – Zona Militar Leste

ZMN – Zona Militar Norte

ZMS – Zona Militar Leste



## Introdução

As campanhas militares em África foram o último grande conflito militar para Portugal, tendo sido a primeira potência colonial a chegar ao continente Africano e a última a abandoná-lo. O facto de ter permanecido em conflito durante 13 anos, a oito mil quilómetros da metrópole foi um feito notável para um país com escassos recursos (Cann, 1998, pp. 7-20).

Conforme refere o major-general Luz (2001, pp. 2-3), o resultado de uma guerra advém da importância que a logística apresenta sobre o potencial de combate de uma força. Razão pela qual a partir do século XX, embora tardiamente, o conceito de logística passou a coexistir em Portugal, resultante da experiência adquirida nas duas guerras mundiais.

A Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 4-00 Logística (2013, p. 2-3), define logística como “a ciência do planeamento e da execução de movimentos e sustentação de forças.” Por sua vez, a PDE 3-00 Operações (2012, p. 2-31) define Apoio de Serviços (ApSvc) como a manutenção do potencial de combate da força durante o tempo necessário ao cumprimento da sua missão. Assegurando a liberdade de ação, extensão do alcance operacional e prolongando a resistência da unidade. Inclui a logística, o Apoio de Pessoal (ApPess) e o apoio financeiro.

Com a criação da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), da qual Portugal foi país fundador, a doutrina vigente passou a ser a da aliança<sup>1</sup>, que visava preparar as forças para um conflito convencional e não subversivo. Nos anos de 1958-1959 para se preparar para um eventual conflito subversivo, Portugal enviou militares para frequentarem cursos no Reino Unido e na França, tendo em conta a experiência já adquirida por estes, em conflitos não convencionais. Assim, foi desenvolvida doutrina para fazer face a um ambiente subversivo, culminando em 1963 com a edição do manual *O Exército na Guerra Subversiva*. No entanto, a doutrina logística portuguesa permanecia fortemente influenciada pelas normas e princípios de origem americana e não evoluiu para fazer face a esta nova tipologia de operações (Cann, 1998, pp. 67-68; Tavares, 2013, pp. 285-299).

Dada a insuficiência de recursos que Portugal enfrentava ao conduzir a campanha em África, teve de seguir estratégias diferentes das do Reino Unido e França. Para superar as suas limitações, Portugal adotou alguns elementos chave que permitiram o esforço neste campo, conseguindo-o através da manutenção do ritmo do conflito suficientemente baixo

---

<sup>1</sup> Sendo esta muito influenciada pela doutrina americana (Cann, 1998, pp. 67-68).



para que os recursos fossem suficientes; adaptar e aperfeiçoar a estrutura logística às necessidades crescentes (Cann, 1998, p. 29; Lopes, 2014).

Sendo “guerra subversiva” uma “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação” (Ministério do Exército, 1963, vol. I, cap. I, p. 1). Como tal, o seu apoio logístico deve reger-se pelos princípios gerais da logística<sup>2</sup>, considerando no entanto certos aspetos especiais, nomeadamente: a grande descentralização; a elevada dispersão dos órgãos logísticos, elevada vulnerabilidade desses órgãos e das linhas de comunicação que os servem; a grande importância da exploração dos recursos locais; a necessidade de estabelecer órgãos de reabastecimento versáteis; e a necessidade de uma eficaz manutenção do material e da sua recuperação. Deste modo, as unidades devem estar aptas a atuar durante períodos longos com independência tática e logística (idem, vol. V, cap. II, p. 1).

Este tema, já referenciado em outras investigações da mesma natureza, aborda o Teatro de Operações (TO) de Angola, onde se iniciou a guerra de África e onde Portugal permaneceu mais tempo a combater.

Deste modo, o presente trabalho de investigação de grupo foi desenvolvido de acordo com a metodologia padrão de abordagem científica constante na Norma de Execução Permanente (NEP)/ACA-010 (IESM, 2014) e NEP/ACA-018 (IESM, 2014), tendo como base o método hipotético-dedutivo.

O trabalho intitulado **Uma Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola (1961-1974)** tem como objetivos gerais analisar a função logística Reabastecimento, a função logística Manutenção e como se desenvolvia o ApPess. Para tal, o presente estudo é delimitado na dimensão temporal, período em que decorreram as operações 1961-1974, espacial, da metrópole, e nos seguintes objetivos específicos: função logística reabastecimento, nas classes I – víveres, II – vestuário, fardamento e equipamento, III – combustíveis e lubrificantes e VI – artigos de cantina; função logística manutenção, nomeadamente a manutenção de unidade e intermédia; e, ApPess segundo as funções específicas efetivos, pessoal militar e moral e serviços de pessoal.

---

<sup>2</sup> Integração, unidade de comando, interdependência com a manobra, provisão e suficiência, economia, flexibilidade, simplicidade, visibilidade e transparência, sinergia (Exército Português, 2013, p. 3-2).



Como principal linha de orientação desta investigação, foi elaborada a seguinte questão de partida: De que forma contribuiu o Apoio de Serviços para as Operações em Angola? Iniciámos com uma revisão da bibliografia centrada em autores nacionais e estrangeiros, que foram relevantes para uma melhor compreensão desta investigação. Numa segunda fase efetuámos entrevistas semiestruturadas a militares<sup>3</sup> que tiveram uma participação ativa no TO de Angola, com a finalidade de obtermos uma perspetiva inicial sobre este tema. Os dados obtidos nestas entrevistas contribuíram para a validação das Hipóteses levantadas.

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação e a fim de atingir os objetivos específicos, estabelecemos as seguintes Questões Derivadas (QD) e Hipóteses:

QD1: Quais as limitações ao reabastecimento das classes I, II, III e VI, e de que forma afetavam as operações?

Hipótese 1: As grandes dimensões do teatro de operações não condicionou o reabastecimento no apoio às operações.

QD2: Como foi efetuada a manutenção durante a campanha militar em Angola?

Hipótese 2: O reforço, aos mais baixos escalões (companhia), de capacidades de manutenção superior revelou-se determinante para o cumprimento da execução da manutenção.

QD3: De que forma as funções específicas efetivos, pessoal militar e moral e serviços de pessoal se adequaram às operações?

Hipótese 3: As funções específicas adequaram-se às operações através da disponibilidade de meios e recursos que permitiram cumprir a missão.

Concluída a fase anterior, delineou-se uma estrutura de trabalho, que para além da introdução contempla os seguintes capítulos:

No primeiro capítulo explanou-se a função logística Reabastecimento onde se fez uma análise sobre as classes I – víveres, II – vestuário, fardamento e equipamento, III – combustíveis e lubrificantes e VI – artigos de cantina. A distância que separava Lisboa do TO foi a principal dificuldade que o apoio logístico enfrentou, a par com a vastidão territorial e as características do TO que contribuíam ainda mais para complicar o ApSvc. Para

---

<sup>3</sup> General Loureiro dos Santos – comandante de bateria de artilharia antiaérea em Angola entre 1962-1965.

Tenente-coronel José Aparício – comandante de companhia de caçadores em Angola entre 1963-1965.



responder às necessidades operacionais criou-se uma base logística<sup>4</sup> em Luanda, devido à abundância de recursos locais, aos desenvolvidos portos, aeroporto e infraestruturas rodoviárias.

No que concerne ao segundo capítulo foi analisada a função logística Manutenção, nomeadamente como era efetuada a manutenção de unidade e intermédia, destacando-se os reforços, atribuídos às unidades escalão companhia (UEC), com capacidade de manutenção superior à que doutrinariamente lhes é conferida, de modo a contribuir mais eficazmente para o cumprimento das missões das unidades de manobra. Foi ainda analisado o esforço de reparação no local da avaria, estando os órgãos de manutenção adequados o mais à frente possível.

O terceiro capítulo foi dedicado ao ApPess segundo as funções específicas efetivos, pessoal militar e moral e serviços de pessoal. No início da campanha militar, as Forças Armadas Portuguesas em Angola, contavam com cerca de 6500 militares, visto os compromissos de Portugal serem, na altura, com a NATO e a maioria das suas forças concentrava-se na Europa. Por sua vez, no final de 1961, cerca de 28000 militares tinham sido deslocados para Angola, sendo o TO que mais efetivos exigiu. Os recursos humanos praticamente esgotaram-se em Portugal e o país viu-se obrigado a recrutar localmente com uma maior incidência, a partir de 1968 (Cann, 1998, pp. 26-31; Silva, 2010, p. 7).

Por fim, apresentaram-se os resultados finais de toda a investigação efetuada, onde se elaboraram as conclusões e respondemos à questão de partida. A descentralização do ApSvc aos escalões companhia foi o resultado da adaptação das forças às características da campanha militar em Angola, considerando-se o fator chave que respondeu eficazmente às necessidades operacionais.

---

<sup>4</sup> Luanda possuía, nesse período, um importante porto e outras infraestruturas que simultaneamente com as linhas de comunicação interiores possibilitaram desenvolver uma importante base logística, donde posteriormente eram canalizados os recursos, tanto materiais como humanos.



## 1. A Função Logística Reabastecimento

Na guerra de África, entre 1961 e 1974, Portugal enfrentou a tarefa extremamente ambiciosa de dirigir simultaneamente três TO (Guiné, Angola e Moçambique), para as quais não estava devidamente preparado, visto não ser nem um país de vastos recursos nem desenvolvido. Assim, constituiu um feito notável que Portugal, em 1961, conseguisse mobilizar e projetar as suas Forças Armadas para as suas províncias ultramarinas em África a uma distância de milhares de quilómetros, estabelecido numerosas bases logísticas de maneira a fornecer-lhes apoio e as tenha preparado com armas e equipamento específico para uma guerra subversiva (Cann, 1998, p. 19).

Com o eclodir da guerra em 15 de março de 1961<sup>5</sup>, o dispositivo militar, designadamente o do Exército, era o de tempo de paz, pelo que, do ponto de vista logístico e no que ao Serviço de Administração Militar (SAM) dizia respeito, a situação era bastante embrionária (Mesquita, 2011, pp. 821-825).

### a. Organização/Contexto Logístico

O TO de Angola, por ter sido o mais extenso território da guerra de África, motivou a mobilização de um elevado volume de recursos. As suas características e o progresso que Luanda conheceu no início da década de 1960, foram fundamentais para a implementação da estrutura da base logística<sup>6</sup>. A capital angolana revelou-se assim essencial para o desenvolvimento dos apoios que seriam prestados em todo o TO. Como refere o general Loureiro dos Santos (2015) o melhor que se fez na guerra centrava-se no apoio logístico.

No TO de Angola, após diversas alterações, a partir dos finais de 1961 foi implementado o seguinte dispositivo<sup>7</sup>:

- Zona de Intervenção Norte (ZIN), com sede em Luanda;
- Área Militar nº 1 (AM1), com sede em S. Eulália;
- Zona de Intervenção Leste (ZIL), com sede em Luso;
- Zona de Intervenção Centro (ZIC), com sede em Nova Lisboa;
- Zona de Intervenção Sul (ZIS), com sede em Sá da Bandeira.

---

<sup>5</sup> Esta data marcou o início das ações dirigidas pela união dos povos de Angola, no norte de Angola, na qual mobilizou os negros bacongós para a chacina. Registaram-se ataques a povoações, postos administrativos e fazendas, tirando a vida tanto a locais como a estrangeiros que trabalhavam nos cafezais (Nunes, 2014).

<sup>6</sup> Vide Anexo A

<sup>7</sup> Vide Anexo B



A seis de julho de 1968 procedeu-se a novas designações às zonas de intervenção que se refletiram da seguinte forma:

- Zona Militar Norte (ZMN), anterior ZIN;
- AM1, com sede em S. Eulália;
- Zona Militar Leste (ZML), anterior ZIL;
- Zona Militar Centro (ZMC), anterior ZIC;
- Zona Militar Leste (ZMS), anterior ZIS.

**b. Estruturas e Apoio Logístico**

Como a estrutura existente não era capaz de apoiar convenientemente as necessidades das unidades que iam chegando a Luanda a um ritmo crescente, o rápido desenvolvimento de uma indispensável estrutura logística assentou no estabelecimento de uma base logística na capital e simultaneamente na divisão do TO em duas áreas, estando uma na ZIN e a outra abrangendo o restante território (Abril, 2012).

A disposição logística a partir de Luanda tornou o apoio bastante flexível e ficou assente no Serviço de Intendência (SvcInt)<sup>8</sup> para os víveres, fardamento, combustíveis e lubrificantes e artigos de cantina, conseguindo apoiar as mudanças significativas de dispositivo dentro da ZIN, tendo feito face ao alastramento de guerrilhas para sul. Esta centralização permitiu simplicidade, economia de meios e facilitou a unidade de comando tanto a nível logístico como operacional (CECA, 1997, p. 99).

Tendo por base a boa qualidade do porto de Luanda para o qual afluíam todas as nossas tropas com destino a Angola, o melhor aeroporto existente na província e de razoáveis linhas de comunicação para o interior (CECA, 1997, p. 99), foi a partir desta cidade que se criou uma rede de órgãos de apoio operacional, os Órgãos Avançados de Intendência (OrgAvInt). Nas ZIL, ZIC e ZIS tais órgãos estavam reduzidos ao mínimo devido ao facto de nas mesmas não existirem conflitos de grande intensidade e os seus efetivos serem em número bastante reduzido (Tavares, 2013).

Com base nas entrevistas efetuadas ao general Loureiro dos Santos e ao tenente-coronel Aparício, estes confirmaram a qualidade do apoio de serviços durante o conflito em Angola e como a sua efetividade no terreno capacitou as nossas forças de forma a manter a operacionalidade.

---

<sup>8</sup> Vide Apêndice A



### c. Processo Logístico

A maioria dos abastecimentos provinham da metrópole, mas tendo sido por vezes utilizado o mercado local, os quais depois seguiam dos Depósitos Base (DB) para o Depósito Territorial de Víveres (DepTerViv) ou para os OrgAvInt e destes para as unidades. A partir dos depósitos-base de víveres, sanitário, material de guerra e transmissões, hospital militar e oficinas eram enviadas para as unidades remessas periódicas dos artigos requisitados, em transportes terrestres, marítimos e aéreos, civis ou militares onde se incluiu, quando foi caso disso, o caminho-de-ferro. Os abastecimentos eram transportados em viaturas militares ou civis alugadas através do Movimento de Viaturas Logísticas (MVL)<sup>9</sup>. A Força Aérea e a Marinha também participaram ativamente no sistema de transporte. A abertura da frente leste obrigou à criação de órgãos logísticos avançados, tendo sido estes centralizados a partir da cidade do Luso (Abril, 2012).

Tendo por base o relatório de situação logística de 1962, foi efetuado um estudo no TO de forma a se obter informação sobre os recursos existentes face às necessidades de apoio logístico das nossas forças, a fim de facilitar a compreensão da organização estabelecida para esse apoio. Com os dados obtidos foi decidido dividir o TO em diversas zonas e as mesmas classificadas segundo as suas possibilidades de obtenção de víveres, nomeadamente carne, peixe, vegetais frescos<sup>10</sup> e combustíveis<sup>11</sup> (AHMEME, 1962, DIV/7B/29/3/342/23).

O dispositivo administrativo-logístico assentava na instalação das unidades de ApSvc, nomeadamente nos DB dos vários serviços. Também foram instaladas sucursais da manutenção militar, das oficinas gerais de fardamento e calçado e uma delegação do laboratório militar de produtos químicos e farmacêuticos<sup>12</sup> junto dos restantes órgãos que se constituíam como estrutura logística em Luanda. Em nove de março de 1962 estavam implantados 41 órgãos avançados de apoio logístico em Angola, dos quais 36 na ZIN (CECA, 1997, p. 100).

A descentralização dos órgãos logísticos verificou-se com maior intensidade em 1965 em comparação com o existente em 1962, tendo-se passado de 66 para 74 órgãos, nomeadamente com a implementação de depósitos avançados de víveres na ZIL (um) e na

---

<sup>9</sup> De Luanda eram enviados, sensivelmente de 15 em 15 dias, para as unidades os artigos requisitados em viaturas militares e viaturas civis fretadas, sendo este movimento conhecido por Movimento de Viaturas Logísticas, cuja escolta era efetuada por militares (Mendes, 2010).

<sup>10</sup> Vide Anexo C

<sup>11</sup> Vide Anexo D

<sup>12</sup> Vide Anexo B



ZIC (um) e de depósitos avançados de munições na ZIC (um) e ZIS (um), desaparecendo os depósitos avançados de munições na ZIN visto os Pelotões de Apoio Direto (Pel A/D) passarem a ter capacidade de fornecimento das mesmas<sup>13</sup> (CECA, 1997, pp. 123-124).

#### **d. Reorganização Logística**

Nas reuniões efetuadas, a 29 de novembro de 1965 e 28 de janeiro de 1966, pela comissão técnica do estado-maior do Exército foi apreciada uma proposta para a reorganização e funcionamento do SvcInt no TO de Angola. Esta reorganização foi aprovada por S. Exa. o general Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) Câmara Pina a três de fevereiro de 1966 e, aclarando apenas os pontos mais importantes, manifestou-se no seguinte (EME, 1966):

(1) Substituição dos depósitos avançados de víveres e dos destacamentos de intendência por Pelotões de Intendência (PelInt), com a finalidade de evitar que órgãos iguais apoiassem efetivos diferentes e que órgãos diferentes apoiassem efetivos semelhantes;

(2) Constituição de Companhias de Intendência de Apoio Direto (CInt A/D) para agrupar os PelInt. Seriam a ligação técnica com a Chefia do Serviço de Intendência (ChfSvcInt) e garantiam a indispensável coordenação da atividade dos PelInt, nomeadamente no que respeita à corrente dos abastecimentos a partir dos órgãos de base;

(3) Criação de Depósitos Territoriais de Intendência (DepTerInt) em Sá da Bandeira e Luso;

(4) Início, a título experimental, de um novo sistema de reabastecimento de combustíveis e lubrificantes com a implementação de Locais de Reabastecimento (LR) junto dos OrgAvInt e o fornecimento dos combustíveis aos LR passou a ser diretamente efetuado por postos de combustíveis. O controlo deste fornecimento era efetuado pelo SvcInt até aos LR e a partir daí pelas unidades. Em 1967 continuou-se a verificar a descentralização dos órgãos logísticos<sup>14</sup>.

Em 1968 a estrutura logística implantada no TO permanecia assente no SvcInt.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei (DL) nº 478/71 de seis de novembro<sup>15</sup>, foi criado um novo regime de pagamentos interterritoriais e restrições nas importações, o que

---

<sup>13</sup> Vide Anexo E

<sup>14</sup> Vide Anexo F

<sup>15</sup> Publicado no DIÁRIO DO GOVERNO - 1.ª SERIE, Nº 261-Supl, de 06.11.1971, Pág. 1698-(1). Este DL pretendia solucionar o problema do défice da balança de pagamentos angolana, reduzindo as importações (incluindo as importações da metrópole), estabelecendo o registo prévio das mercadorias a importar e escalonando-as em prioridades e ao mesmo tempo proporcionar às indústrias de substituição de importações um novo horizonte de negócio.



significou a imposição de pagamentos pelas importações dos produtos vindos de Portugal. Estas deliberações afetaram de forma direta os exportadores da metrópole, que, pelo menos a curto prazo, deixavam de contar com um mercado acessível e protegido, tendo o reabastecimento dos diversos abastecimentos sofrido diversos problemas, nomeadamente nos artigos de cantina e em alguns tipos de víveres.

De acordo com o relatório de situação logística de 1972, o SvcInt prosseguia com qualidade as suas atividades, tendo sempre em vista a melhoria constante da eficiência do sistema logístico e facultar às nossas tropas os apoios necessários (AHMEME, 1972, DIV/7A/73/10/114/86).

Neste mesmo relatório vinha referido que os problemas mais críticos com os quais o SvcInt se deparava eram os seguintes:

- (1) A normalização dos reabastecimentos devido à entrada em vigor do DL nº 478/71 de seis de novembro;
- (2) A alimentação das tropas;
- (3) A manutenção dos meios de frio;
- (4) O apoio à ZML;
- (5) O controlo dos consumos dos combustíveis e lubrificantes;
- (6) A orientação e fiscalização dos OrgAvInt;
- (7) A atualização do dispositivo de apoio logístico.

**e. Ciclo de Abastecimentos**

Ao nível tático, o reabastecimento era específico por classes de abastecimentos, e em particular na ZMN, conduzia-se da seguinte forma:

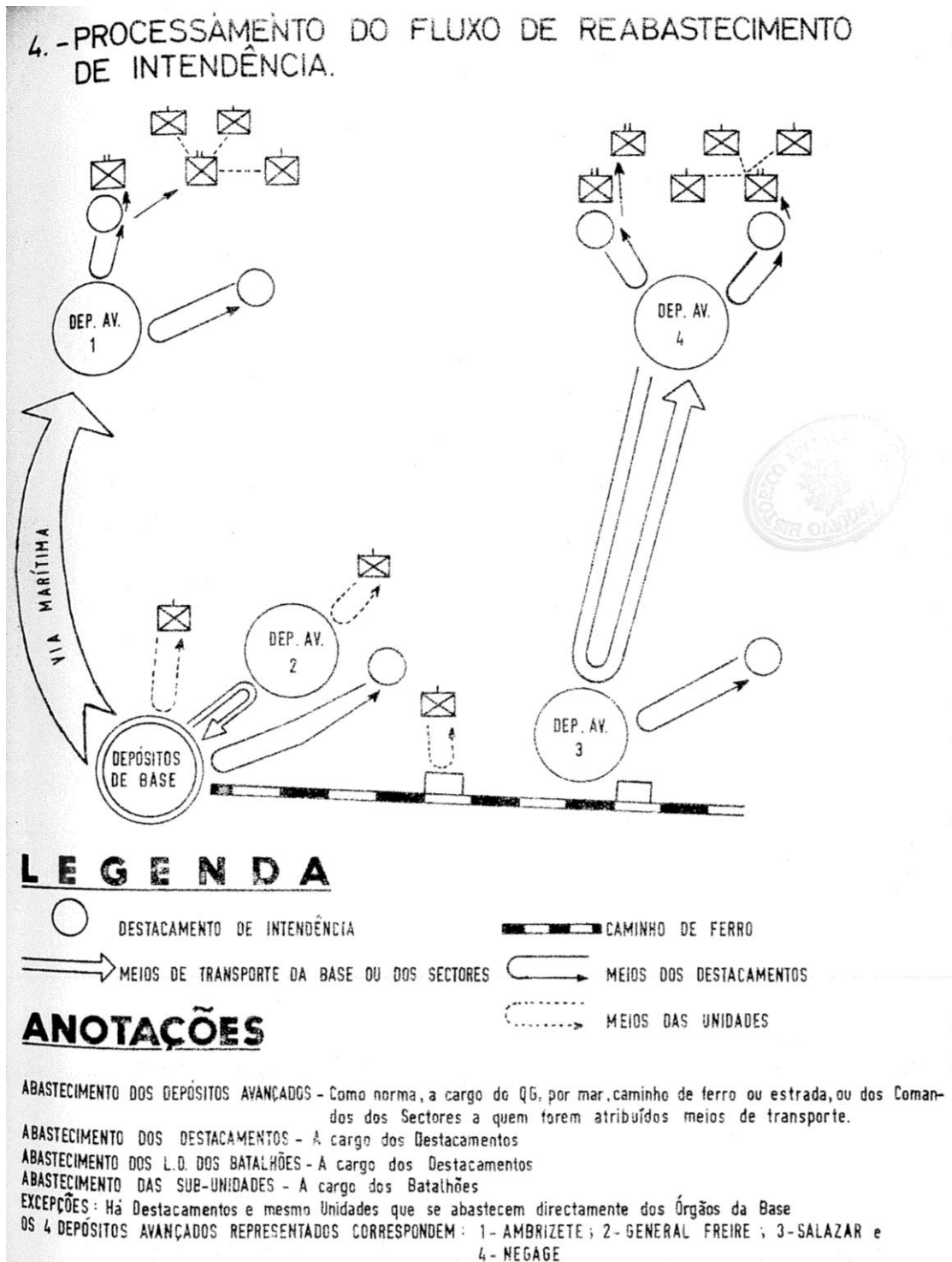


Figura nº 1 – Processamento do Fluxo de Reabastecimento de Intendência  
Fonte: AHMEME, 1962, DIV/2/2/163/6

(1) Víveres secos seguiam, de modo geral, do Depósito Base de Víveres (DBV) e Depósito Territorial de Víveres (DepTerViv) para os PelInt ou unidades, por via rodoviária para a quase totalidade do TO, excetuando-se para Cabinda, Nóqui e Sazaire que



era efetuado por via marítima. Na ZMS o reabastecimento era por norma através da exploração dos recursos locais;

(2) Víveres frescos (carne, peixe, hortaliças e fruta) processavam-se a partir do DBV, DepTerInt e PelInt por via rodoviária (para curtas distâncias) e por via aérea (Força Aérea e outros transportes aéreos civis). A utilização dos recursos locais tinham lugar sempre que possível e conveniente;

(3) Víveres e artigos de cantina eram colocados nos estacionamentos dos OrgAvInt ou nas unidades instaladas nos itinerários de reabastecimento e apoiadas pelos meios de base:

(a) Via rodoviária, com meios das companhias de transportes e viaturas civis contratadas para as localidades de Toto, Ambrizete, Zala, S. Eulália, Damba, Quitexe, S. Salvador e Maquela, podendo as unidades estacionadas naquelas áreas utilizar as colunas de reabastecimento à passagem;

(b) Via marítima, com meios do comando naval de Angola e meios de cabotagem<sup>16</sup> para Sazaire, Nóqui e Cabinda;

(c) Via aérea para frescos deterioráveis para as localidades de Sazaire, Toto, Nambuangongo, S. Eulália, S. Salvador, Nóqui, Bela Vista, Bessa Monteiro, Vila Pimpa, Quixico, Quipedro e Zala-Quibala;

(d) Via-férrea para Malange e Salazar;

(e) As unidades estacionadas nas proximidades de Luanda transportavam, pelos seus meios orgânicos, os respetivos abastecimentos a partir da base logística situada na capital;

(f) Os artigos de cantina estavam a cargo dos DB que procediam à sua distribuição para os PelInt por via rodoviária e aérea.

(4) Combustíveis e lubrificantes processavam-se do seguinte modo:

(a) A granel, a partir de tanques subterrâneos por meio de bombas elétricas ou de acionamento manual;

(b) Em tambor, com trasfega efetuada eventualmente por meio de bombas manuais auto medidoras;

(c) Definidas em duas modalidades de reabastecimento:

---

<sup>16</sup> Cabotagem é a navegação marítima entre portos da mesma costa ou entre ilhas vizinhas (Priberam Dicionário, 2015).



- Através da utilização das infraestruturas das empresas distribuidoras, nas quais as viaturas em atividades logísticas ou operacionais abasteciam-se diretamente nas estações de serviço das referidas empresas;

- Pela simples adjudicação de fornecimento, onde o reabastecimento era feito diretamente na gasolinera da unidade, de acordo com as necessidades da mesma. O material instalado resultava do acordo entre o comando da unidade e a empresa distribuidora, sendo que no final de 1968 estavam em funcionamento 16 destes dispositivos.

(d) A fim de se assegurar reservas operacionais que estavam à guarda exclusiva da ChfSvcInt, foram instalados Locais de Distribuição (LD) de combustíveis nos PelInt e em localidades cuja situação operacional e logística assim o exigisse. Em dezembro de 1968 existiam 28 LD.

(5) Fardamento e material diverso era efetuado pela ChfSvcInt através do DB, que requisitava o respetivo transporte à quarta repartição do quartel-general. Após esse pedido, era utilizada a cadeia normal de reabastecimento para as diversas unidades e OrgAvInt.

#### **f. Síntese Conclusiva**

O objetivo deste capítulo foi analisar a forma como foi efetuado o sistema de reabastecimentos para e no TO de Angola e em que modos e condições foram feitos.

Desde o começo dos conflitos até ao seu fim, os órgãos de reabastecimento foram extremamente capazes ao garantir que o apoio logístico chegava sempre que necessário para que a capacidade operacional dos nossos militares nunca estivesse em causa.

Apesar da enorme distância entre Portugal e o TO e de uma estrutura logística desajustada em Angola para fazer face ao tipo específico de conflitos que existiam, foi conseguido com sucesso a reestruturação necessária para que a mesma mantivesse a capacidade operacional dos nossos militares.

Esta reestruturação determinou o estabelecimento, em Luanda, duma rede de órgãos de apoio operacional tendo por base o porto e o aeroporto de Luanda e as linhas de comunicação para o interior, tendo a posterior adoção em 1962 da descentralização dos órgãos logísticos sido um fator crucial para a melhoria do apoio prestado.

Embora a maioria dos abastecimentos chegassem da metrópole, foi possível o aproveitamento dos recursos existentes na província, tendo sido efetuado para tal a divisão do TO em diversas zonas segundo as suas possibilidades de obtenção de víveres, facto que



posteriormente veio compensar após a criação de limitações às importações impostas pelo DL nº 478/71 de seis de novembro.

O apoio que foi mantido às tropas atingiu sempre um ponto de excelência, de tal forma que, pelas palavras de quem esteve presente no TO, nunca foi sentida a existência de dificuldades em relação aos abastecimentos (Santos, 2015).

Assim, consideramos validada a Hipótese 1 durante a maioria das operações no TO de Angola, tendo existido somente algumas perturbações já no término dos conflitos, mas de baixo valor a nível operacional, devido à existência de três TO em simultâneo.



## 2. A Função Logística Manutenção

Neste capítulo é analisada a forma como se processava a manutenção no TO de Angola. Antes porém, é essencial realçar que a manutenção era no período em questão um serviço técnico e não uma função logística como atualmente. O serviço de manutenção compreendia assim atividades como a manutenção e recuperação de material, lavanderia, banhos e construção<sup>17</sup> (Tavares, 2013). Contudo, no âmbito do presente trabalho apenas será observada a atividade específica manutenção.

### a. A Estruturação do Serviço de Manutenção

De acordo com o manual O Exército na Guerra Subversiva (1963, vol. V, cap. V, p. 19), as características do TO e ainda o desgaste dos equipamentos e armamento conduziram ao reforço de valências de manutenção, especialmente nas UEC, de modo a garantir uma maior independência. As dimensões forçosamente volumosas dos órgãos a esse fim destinados, avultados pelo conjunto de sobressalentes, conjuntos, subconjuntos e ferramentas, resultou numa meticulosa análise para que a capacidade de mobilidade das forças não fosse afetada.

Apesar da estrutura logística reagir afirmativamente às imposições emanadas pelo professor doutor Oliveira Salazar (enquanto presidente do conselho de ministros), após o massacre de 15 de março<sup>18</sup>, no socorro aos colonos portugueses, surgiu a necessidade da doutrina logística ser reformulada no sentido de se adaptar às operações de contrassubversão (Monteiro, 2013).

Essencialmente devido ao extenso território e às difíceis linhas de comunicação terrestres do TO angolano, a evacuação do material não se constituía vantajosa pelo que era inteiramente desejável que as reparações fossem executadas no local onde ocorreriam as avarias ou, face a essa impossibilidade, o mais próximo possível do mesmo, por órgãos adequados, evitando assim as difíceis e custosas evacuações<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Por sua vez, as necessidades interventivas em termos de manutenção, extremamente relevantes e volumosas, durante o período das operações ultramarinas, corroboraram para que em 1976 existisse uma reestruturação sendo assim convertida em função Logística. O restante serviço técnico fora igualmente reestruturado, passando desde então a denominar-se unicamente por serviços, envolvendo todas as atividades não compreendidas nas restantes funções (Tavares, 2013).

<sup>18</sup> Para o tenente-coronel Pires Nunes foi este massacre que marcou o início da guerra de África (Nunes, 2014).

<sup>19</sup> As linhas de comunicação terrestres apresentavam difícil transitabilidade e simultaneamente os rios constituíam-se em verdadeiros obstáculos aos movimentos sul-norte. De realçar que a má qualidade das estradas sujeitava os meios a desgaste maior (Monteiro, 2013).



Segundo o manual O Exército na Guerra Subversiva (1963, vol. V, cap. V, p. 19), aos mais altos escalões (nível teatro) a constituição de reservas de material foi por conseguinte determinante, possibilitando a execução de revisões periódicas. No entanto as adversidades ampliavam-se especialmente devido às distâncias existentes, entre Portugal e os territórios ultramarinos, e às limitações de *roll-on* e *roll-off*<sup>20</sup>. Perante as lacunas identificadas, procurou-se otimizar os trabalhos de manutenção efetuando-se uma importante reformulação nas atividades de manutenção, segundo os seguintes procedimentos (idem, p. 20):

- (1) Efetuar uma seleção criteriosa dos materiais para que estes reunissem as características o mais adequadas ao TO em questão;
- (2) Dotar as UEC de equipamentos de manutenção, ainda que tal conduzisse a maiores exigências logísticas e remetesse para condicionalismos de natureza tática;
- (3) Proceder à uniformização dos equipamentos reduzindo assim a diversificação de sobressalentes e produzindo um melhor reabastecimento;
- (4) Rentabilizar os recursos locais;
- (5) Possibilitar a canibalização, ainda que em casos extremos.

Da metrópole eram encaminhados os sobressalentes necessários até à base logística. Desta seriam conduzidos para as áreas logísticas, localizadas nos comandos dos setores e por sua vez reencaminhados para os depósitos logísticos centrados nas unidades escalão batalhão prontos a apoiar as companhias<sup>21</sup>. Como observado no capítulo anterior, o tenente-coronel Aparício (2015) reforça que devido a algumas lacunas em termos de capacidades de transportes, o Exército recorria frequentemente à oferta civil local de modo a garantir os reabastecimentos e transportes de mercadorias de maiores dimensões. Não obstante, a quantidade de equipamentos existentes no TO era sobejamente elevada, razão pela qual seria criada em 1963 o agrupamento do serviço de material de Angola com o objetivo de prestar a manutenção e reparação ao equipamento a cargo do serviço de material e ainda efetuar os reabastecimentos (Tavares, 2013).

---

<sup>20</sup> Como o próprio nome *Roll-on/Roll-off*, conhecido por Ro-Ro (rolar para dentro/rolar para fora), sugere as embarcações com estas características podem efetuar os carregamentos através das rampas localizadas na popa (parte traseira do navio), de meia-nau (parte lateral) e até mesmo, apesar de menos comum, pela proa (parte dianteira do navio) (Affonso, 2010). Convém destacar que as embarcações portuguesas nesse período apresentam limitações neste sentido bem como os portos em Angola que não se encontravam inteiramente preparados para tal.

<sup>21</sup> Vide Anexo G.



A estrutura do serviço de material nos territórios ultramarinos contemplava a execução de todos os escalões de manutenção. Contudo, e face à necessidade de autossuficiência das unidades, os órgãos do serviço de material que as apoiavam tinham normalmente um desenvolvimento maior do que em guerra convencional, sendo assegurada, conforme o manual O Exército na Guerra Subversiva, por unidades dos seguintes tipos (1963, vol. V, cap. V, p. 30):

- Unidades de apoio direto, destinadas a prestar apoio suplementar de 2º escalão<sup>22</sup> e, fundamentalmente, a realizar a manutenção de 3º escalão<sup>23,24</sup>;

- Unidades de apoio geral, com a responsabilidade de reforço do apoio de 3º escalão das unidades de apoio direto e fundamentalmente da manutenção de 4º escalão<sup>25</sup>;

- Unidades de base, com a responsabilidade de execução do excedente de manutenção de 4º escalão e realização da manutenção de 5º escalão<sup>26</sup>.

Estas unidades podiam ser independentes (normalmente pelotões ou companhias) ou encontrarem-se integradas em comandos, agrupamentos, batalhões ou companhias do serviço de material e, em qualquer dos casos, ser mistas ou organizadas para o desempenho

---

<sup>22</sup> Os 1º e 2º escalões de manutenção são designados por manutenção de unidade. Conhecida também por manutenção orgânica, compreende a execução das operações de manutenção preventiva e corretiva destinadas a manter a total operacionalidade dos abastecimentos da gestão da direção do serviço de material que se encontram disponíveis às unidades, fazendo parte do quadro orgânico de material da unidade. A responsabilidade de execução desta categoria de manutenção é da unidade que para o efeito, dispõe de instalações, de equipamento oficial e de meios humanos orgânicos adequados: os utilizadores dos abastecimentos distribuídos aos quais compete a execução dos trabalhos de 1º escalão (manutenção preventiva) e os especialistas do serviço de manutenção, destinados à execução de manutenção do 2º escalão (manutenção corretiva) (Comando da Logística, 1995, NEP 9-4.01).

<sup>23</sup> Designado por manutenção intermédia. A execução das operações de manutenção intermédia, visa tornar operacional um qualquer artigo principal que foi colocado fora de serviço por avaria, de um ou mais, dos conjuntos ou subconjuntos, de um dos sistemas que dele faz parte integrante. De uma forma geral, a execução das operações desta categoria de manutenção exige a disponibilidade de instalações e de ferramentas adequadas, de mão-de-obra técnica especializada, de verbas que, normalmente, excedem o orçamento da vida corrente da unidade e de tempo para a sua realização; sempre que este conjunto de premissas não esteja reunido, as reparações não devem ser executadas nas instalações oficiais da unidade com o pessoal orgânico, e outras modalidades de apoio estão disponíveis através dos recursos ao órgão de apoio geral ou ao mercado civil (idem).

<sup>24</sup> De acordo com o documento Organização Territorial de Campanha conclui-se que também os Pel A/D executavam alguma da manutenção de 4º escalão (AHMEME, 1970, DIV/7B/30/344/3).

<sup>25</sup> Reparação geral de artigos principais. Recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção eram provenientes do depósito geral de material de guerra e dos locais de reunião de material e, após recuperados são, normalmente, destinados a alimentar o canal de reabastecimento (Comando da Logística, 1995, NEP 9-4.01).

<sup>26</sup> Os artigos principais e os conjuntos, após recuperados são, normalmente, destinados a alimentar o canal de reabastecimento. As intervenções classificadas como 5º escalão, face aos meios humanos, materiais e financeiros envolvidos, devem ser programadas para permitirem, em tempo oportuno, a obtenção dos sobressalentes necessários à sua execução (Comando da Logística, 2008, NEP/DMT.40.500/12/CMDLOG).



de uma só das atividades mencionadas. A constituição das unidades de manutenção devia permitir destacar elementos ligeiros que acompanhavam as subunidades combatentes encarregados de ações que implicavam grande mobilidade.

#### **b. A Operacionalização da Manutenção**

Dadas as circunstâncias especiais em que as operações de contrassubversão se desenvolviam, tornou-se necessário a intensificação da manutenção orgânica. Uma adequada manutenção preventiva e corretiva contribuía para uma maior eficiência operacional da unidade, mas que era refletida também na sequência da cadeia de manutenção, garantindo um melhor rendimento da mesma. Assim, organicamente cada UEC possuía uma pequena secção de manutenção (normalmente composta apenas por um sargento e duas a três praças) responsável pela manutenção de 1º e 2º escalão (Aparício, 2015). Os Pel A/D executavam por sua vez, a manutenção até 4º escalão (ainda que parcialmente), através da deslocação dos técnicos às unidades (ou locais onde se registavam as avarias) para aí desenvolverem as reparações de maiores dimensões<sup>27</sup>. O tenente-coronel Aparício (2015) comenta que devido à elevada experiência dos sargentos mecânicos, da sua secção de manutenção, e liberdade de atuação que detinham, eram aqueles que efetuavam muitas das reparações de maior dimensão, recorrendo em primeira instância ao processo de canibalização (abreviando o período de resposta que muitas das vezes era demorado).

De acordo com os novos aspetos de apoio do serviço de material no TO de Angola, competiam aos Pel A/D as seguintes tarefas (AHMEME, 1964, DIV/7B/29/340/8):

- (1) Constituir um depósito avançado de munições;
- (2) Constituir um depósito avançado de sobressalentes;
- (3) Constituir uma oficina de reparações (3º escalão);
- (4) Apoiar as unidades:
  - (a) Através de visitas de apoio técnico visando a assistência, aconselhamento e formação de manutenção de 1º e 2º escalão e ainda no cumprimento das disposições regulamentares afetas ao serviço de material;
  - (b) Deslocando-se até às mesmas e executar o reforço de manutenção até 4º escalão.

---

<sup>27</sup> Cada Pel A/D era organicamente constituído por 61 militares (um oficial, 11 sargentos e 49 praças), localizados em Luanda, Salazar, Cabinda, H. Carvalho, Toto, Caombo, Nambuanguo, Luso, Ambrizete, Nova Lisboa, S. Salvador, C. Cubango, Sanza Pombo, Negage, Quibaxe, G. Coutinho, totalizando 16 em todo o TO (AHMEME, 1970, DIV/7B/30/344/3, pp. 84-85). *Vide* Anexo H.



(5) Eventualmente possuir uma reserva de material;

(6) Auxiliar, exceccionalmente, os restantes serviços através de apoios nas suas oficinas.

Outro registo assinalável, centrava-se nos quadros de pessoal das secções de manutenção, uma vez que não se encontravam completos, resultante da falta de efetivos com competências técnicas e ainda pela impossibilidade de constituir os pelotões de manutenção dos batalhões (apesar de constarem em quadro orgânico dos batalhões). Razões pela qual se tenham exercido esforços, sob a forma de proposta, no sentido de habilitar os Pel A/D com ferramentas complementares de modo a possibilitarem as intervenções de 4º escalão, evitando assim a todo custo as dispendiosas evacuações para o órgão base (a companhia de recuperação)<sup>28</sup> (AHMEME, 1972, DIV/7A/73/10/114/86).

O volume de trabalho acumulava-se e exigia cada vez mais aos especialistas, que eram em número insuficiente relativamente aos quadros orgânicos de pessoal, com a agravante de ao longo do conflito se verificar um incremento no seu défice. Consequentemente os problemas no seio destas subunidades emergiam, assinalando-se elevados problemas administrativos e disciplinares (idem). Por sua vez, também os equipamentos e as ferramentas necessárias para o desempenho das tarefas de manutenção acusavam elevado desgaste carecendo de substituição. Para agravar a situação e face à ausência de oficiais do Quadro Permanente (QP), recorria-se aos oficiais milicianos para comandar os Pel A/D, recaindo nos mesmos a exclusividade do comando, a partir de 1964. Pela sua inexperiência técnica bem como de comando, uma vez que eram bastante jovens, apresentavam menores competências e desempenhos no exercício das atividades de manutenção. Contrastando, os sargentos do QP eram por seu turno, de forma generalista, bastante competentes no exercício das suas tarefas. Ainda assim havia a necessidade em contratar mecânicos civis para minimizarem estas contrariedades (AHMEME, 1968, DIV/7B/29/340/8).

Para colmatar esta problemática valiam os reforços que se haviam implementado nas UEC, capazes de desempenhar a manutenção de escalão superior e que resolviam muitas das reparações evitando a deslocação dos Pel A/D (Aparício, 2015).

### **c. O Agravamento das Dificuldades**

Para Monteiro (2013) o isolamento internacional que Portugal conheceu, decorrente da decisão que o governo tomou em prol da integridade do seu império e perante a iminente

---

<sup>28</sup> Esta proposta acabou por não ser efetivada uma vez que os próprios recursos eram cada vez mais insuficientes para as necessidades atuais, o que invalidou a proposta.



guerra subversiva, permitiu encetar esforços sob a consciente posição que se enfrentaria uma guerra demasiadamente prolongada. Pese embora essa consciência, o avanço “rápido e em força” para Angola, conforme o professor doutor Oliveira Salazar ordenou, conheceu um processo logístico extremamente eficaz, mas que paulatinamente se deparava com adversidades de diversa ordem. A adição de novos TO, nomeadamente em 1963 da Guiné e no ano seguinte de Moçambique, contribuíram para a dispersão e conseqüentemente para a criação de novas linhas de esforço. À redução de efetivos associava-se igualmente a menor especialização dos militares, sendo cada vez mais difícil o cumprimento das missões.

Conforme se verifica no relatório de situação logística, na execução das atividades de manutenção, os técnicos militares eram insuficientes para um TO global de grandes dimensões, mas igualmente devido ao material que acusava maiores necessidades de manutenção. Esta vicissitude impunha a que o Exército recorresse amiúde a serviços técnicos civis de empresas representantes, o que acabava por ser bastante oneroso, mas que era na prática a única solução que se dispunha (AHMEME, 1972, DIV/7A/73/10/114/86). É possível ainda constatar o impacto psicológico, na forma negativa, sobre os militares quando a manutenção não era executada, verificando-se uma relação direta na afetação do seu moral<sup>29</sup>. Verifica-se ainda o facto do material, evolutivamente mais desgastado (ao que implicitamente se encontravam associadas maiores necessidades em termos de manutenção), traduzir um maior encargo em termos de recursos, não só financeiros, mas também de mão-de-obra especializada. Condição que para Portugal (numa fase final do conflito), decorrente da lassidão inerente, se revelava claramente com maiores dificuldades de concretização (idem).

Em suma e salvo pequenas exceções, aquando da introdução de algum equipamento e armamento ou então a substituição desses, a ampla maioria foi durante toda a campanha militar o mesmo, estando assim sujeito a um elevado desgaste a que se associavam maiores necessidades de manutenção e reparação. Simultaneamente o inimigo conhecia francas melhorias, traduzidas pelo esforço de rearmamento e reequipamento, elevando assim expressivamente o seu potencial relativo de combate. Esse reforço de material teria posteriormente um forte impacto nos nossos meios devido aos efeitos que causava<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Devido ao aumento de eventuais agravamentos no material comprometendo as missões e elevando os riscos das operações.

<sup>30</sup> Destaque para os meios anticarro, onde o inimigo através de minas e armas portáteis para esse fim, provocava pesadas baixas nas nossas forças (Aparício, 2015).



Para atenuar esta problemática e de acordo com o general Loureiro dos Santos (2015) e igualmente corroborado pelo tenente-coronel Aparício (2015), a robustez dos equipamentos utilizados pelo Exército português nas campanhas militares de Angola, foi determinante para a missão do Exército. Apesar das inúmeras contrariedades<sup>31</sup>, os meios empregues eram fiáveis e adequados para o cenário em questão. O sucesso das operações foi possível graças à preparação que Portugal exerceu para enfrentar uma guerra que se antevia<sup>32</sup>, tendo implicado uma fundamental reestruturação logística de modo a adaptar-se às operações subversivas.

#### **d. Síntese Conclusiva**

O complexo fornecimento de sobressalentes (devido às distâncias entre Portugal e o TO, às características de Angola e agravadas posteriormente com as limitações financeiras), os insuficientes recursos humanos (majorados pela ausência dos técnicos habilitados para a execução do serviço), ao que acrescia a inexperiência dos mesmos, eram resultado da lassidão que Portugal enfrentava. Porém e face à análise, podemos afirmar que apesar dos problemas registados em termos logísticos, os mesmos não foram mais gravosos devido à fiabilidade dos equipamentos utilizados pelo Exército português e que o serviço de manutenção *per si* não teve uma consequência, incidentemente negativa, nos resultados finais das operações.

A reestruturação anterior às campanhas de Angola, de modo a adaptar as atividades de manutenção às características do TO e as próprias reformulações ocorridas durante o conflito, revelaram-se fundamentais para que o serviço fosse desempenhado o mais eficazmente possível. Perante as dificuldades retratadas, sublinha-se que a atribuição de unidades de reforço para o melhor cumprimento das tarefas de manutenção foi determinante, tendo permitido uma maior autonomia das subunidades e conseqüentemente uma maior prontidão das mesmas. Igual destaque para as atribuições dos Pel A/D que, ao executarem o 2º, 3º e parcialmente o 4º escalão de manutenção, contribuía para uma maior prontidão das forças.

Face a análise exercida conclui-se validada a Hipótese 2.

---

<sup>31</sup> Decorrentes não só das características do TO, mas essencialmente devidas às lacunas identificadas (meios necessários para efetuar a manutenção como seria desejável) e que evolutivamente se agravavam.

<sup>32</sup> Portugal decidiu afastar-se politicamente dos EUA, o que conduziu à reorientação dos esforços do governo. Relançava a defesa das províncias e retrocedia face à NATO (Monteiro, 2013).



### **3. O Apoio de Pessoal**

De acordo com o manual O Exército na Guerra Subversiva, “o potencial humano é a riqueza de maior valor à disposição das Forças Armadas, a mais cara e a mais difícil de substituir” (1963, vol. V, cap. I, p. 15).

A gestão adequada dos recursos humanos deve constituir-se como uma das maiores preocupações do comando em todos os escalões. Em guerra convencional uma eficiente administração do pessoal é um fator de grande importância para o sucesso das operações. Em guerra subversiva, dado o extraordinário valor que representa o fator moral, esta eficiência tem ainda maior relevância. Para a conquista das populações é imprescindível um elevado moral e uma completa noção do valor que cada militar, individualmente, pode representar (idem, cap. I, p. 1).

As atividades referentes a pessoal, nomeadamente a manutenção do efetivo, administração do pessoal, desenvolvimento e manutenção do moral, manutenção da disciplina, lei e ordem e administração do potencial humano, são, em guerra subversiva, semelhantes às desenvolvidas em guerra convencional, havendo especial cuidado com as relacionadas com o desenvolvimento e manutenção do moral das tropas. (idem, cap. I, p. 2).

#### **a. Efetivos**

Os DL 41559 e 41577, aprovados no início de 1958, alteraram a organização militar do império. Os efetivos foram aumentados e as forças ultramarinas deixaram de ter como objetivo reforçar a metrópole em caso de guerra, como era a anterior filosofia. Este novo conceito permitiu que as unidades militares das províncias ultramarinas se dispersassem e deixassem de estar concentradas nas capitais.

Após incidentes no norte de Angola, em janeiro de 1961, foram enviadas para esta província quatro companhias de caçadores especiais e uma companhia de polícia militar, em reforço à guarnição normal, perfazendo um total de cerca de 6500 militares, sendo este o efetivo ao eclodir da guerra em Angola, em 15 de março de 1961 (Monteiro, 2013, p. 732).

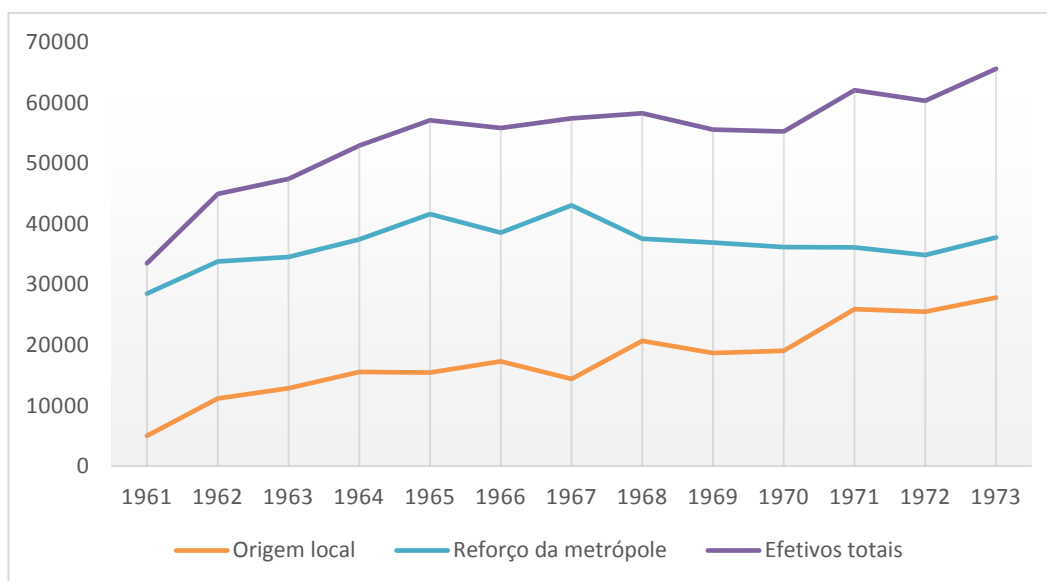
Em 13 de abril de 1961, perante a evidente gravidade da situação vivida no norte de Angola e a necessidade de medidas militares de maior amplitude, o professor doutor Oliveira Salazar ordenou o envio de expedições militares para Angola. Os primeiros efetivos militares de reforço chegam em um de maio a Angola (Afonso & Gomes, 2000, p. 40).



## Uma Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola (1961-1974)

**Tabela nº 1** – Mapa de Efetivos da 1ªRep/EME no TO de Angola referidos a 31 de dezembro  
Fonte: Silva, 2010, p. 7

Ano	Efetivos de origem local	Efetivos de reforço (metrópole)	Efetivos totais
1961	5 000	28 477	33 477
1962	11 165	33 760	44 925
1963	12 870	34 530	47 400
1964	15 525	37 418	52 943
1965	15 448	41 625	57 073
1966	17 297	38 519	55 816
1967	14 369	43 051	57 420
1968	20 683	37 547	58 230
1969	18 663	36 911	55 574
1970	19 059	36 174	55 233
1971	25 933	36 127	62 060
1972	25 461	34 856	60 317
1973	27 819	37 773	65 592
<b>Total</b>	<b>229 292</b>	<b>476 768</b>	<b>706 060</b>



**Figura nº 2** - Evolução dos Efetivos do Exército no TO de Angola referidos a 31 de dezembro  
Fonte: Silva, 2010, p. 7

Da análise dos dados acima apresentados, observa-se que:

- Ao longo de 13 anos de conflito os efetivos do Exército presentes no TO duplicaram;
- A partir de 1968 os efetivos oriundos da metrópole estabilizaram, sendo que o efetivo crescente foi alcançado com recurso ao recrutamento local;
- A metrópole contribuiu sempre com mais efetivos do que o recrutamento local.



Os efetivos de origem local quintuplicaram ao longo do conflito. Este processo que foi denominado de “africanização”, proporcionou unidades mais baratas e mais eficazes que as metropolitanas, as quais compensaram ainda a escassez de efetivos que o prolongamento da guerra exigiu e que a demografia de Portugal já não conseguia fornecer (Afonso & Gomes, 2000, p. 339).

Estes efetivos possuíam profundo conhecimento do terreno e completa adaptação ao meio, tendo sido ainda utilizados como fonte de informações e como agentes de contrainformação. Em Angola, o seu emprego foi fracionado em múltiplas organizações, dependentes de organismos distintos, integrando elementos de proveniências diversas, desde refugiados catanguenses<sup>33</sup> e zambianos a antigos guerrilheiros (Afonso & Gomes, 2000, p. 340).

No âmbito das campanhas em Angola, foram mobilizadas as unidades presentes no Anexo I, sendo que em média, a duração da permanência em África nunca foi inferior a dois anos.

#### **b. Pessoal Militar**

Em 1961, quando se iniciou o conflito em Angola, o serviço militar era obrigatório para os cidadãos masculinos, tendo uma duração de 24 meses.

O sistema de administração de pessoal era complexo. Este começava pelo recenseamento anual dos contingentes disponíveis. Seguia-se a inspeção sanitária feita pelas juntas de recrutamento, que procediam ao alistamento de todos os que não tivessem sido isentos do serviço militar. A classificação do contingente (distribuição pelos diversos ramos, armas e serviços) era efetuada de acordo com certos pressupostos, que incluíam destreza física, habilitações literárias e a qualificação profissional anterior. Seguia-se a incorporação dos recrutas, que se apresentavam no centro de instrução que lhes fora destinado. O recrutamento para os QP de oficiais e sargentos fazia-se sempre por voluntariado (Afonso & Gomes, 2000, p. 410).

A preparação do contingente geral era feita em três fases:

- A instrução básica era ministrada nos centros do mesmo nome (nove semanas);
- A instrução especial era dada em centros também assim designados (sete semanas);
- A instrução de aperfeiçoamento operacional era ministrada às unidades mobilizadas (três semanas).

---

<sup>33</sup> Militares e polícias zaienses da região do Catanga, exilados por se oporem ao regime de Mobutu.



O contingente instruído pelo Exército permitia a mobilização de 60000 homens/ano. As rotações para a guerra eram feitas por unidades constituídas (pelotões, companhias, batalhões) ou por substituição individual. (Afonso & Gomes, 2000, p. 411).

### (1) **Oficiais do Quadro Permanente**

Pelo papel fundamental de liderança e enquadramento que desempenharam no TO de Angola, considera-se pertinente abordar em particular quais as circunstâncias que envolveram o apoio de pessoal no âmbito dos oficiais, nomeadamente no posto de capitão, que segundo o tenente-coronel Aniceto Afonso (2000, p. 550), eram “os homens do posto-chave”.

O início da guerra de África em Angola levou a um incremento dos candidatos à escola de formação dos oficiais do QP do Exército, a Academia Militar (AM). No entanto, com o desenrolar das campanhas, a situação de recrutamento agravou-se a partir do ano letivo 1966/67, tendo atingido valores de admissões inferiores a 10% das vagas então abertas em 1969/70. Para se compreender a extensão do problema, em 1963/64 a AM tinha 993 cadetes e oficiais-alunos, tendo esse número atingido valores da ordem dos 250 em 1973/1974 (Borges, 2009, p. 13).

**Tabela nº 2 – Dados Estatísticos**  
Fonte: EME, 1973, p. 315 e Borges, 2009, p. 14

<b>Ano letivo</b>	<b>Vagas</b>	<b>Concorrentes</b>	<b>Admissões</b>	<b>Tirocínio</b>
1960/61	260	381	174	97
1961/62	265	559	257	68
1962/63	266	444	266	79
1963/64	200	392	180	93
1964/65	262	307	137	102
1965/66	350	283	129	126
1966/67	377	199	90	146
1967/68	410	175	90	97
1968/69	430	149	58	60
1969/70	460	113	33	68
1970/71	463	160	77	50
1971/72	550	169	103	66
1972/73	495	162	81	40
1973/74	243	155	88	34
<b>Total</b>	<b>5031</b>	<b>3648</b>	<b>1763</b>	<b>1126</b>



## **(2) Oficiais de Complemento**

Os elementos alistados no Exército que frequentassem cursos superiores eram destinados aos Cursos de Oficiais Milicianos (COM). Estes cursos articulavam-se em dois ciclos, com a duração de 11 semanas cada. O ciclo inicial, ministrado na agora extinta escola prática de infantaria, consistia na instrução base, ao qual se seguia o segundo ciclo que funcionava nas várias escolas práticas ou centro de instrução específicos, de acordo com a especialidade do instruendo (Borges, 2009, p. 15).

Até ao início das campanhas em África, era ministrado um COM por ano. A partir de 1961 até 1966, foram ministrados três por ano, sendo que de 1966 até ao fim das campanhas funcionaram quatro turnos por ano.

As carências de subalternos teriam repercussões ao nível do quadro de capitães, que até 1970 eram do QP. Para mitigar o problema, em 1966, foram criados cursos de promoção a capitão para oficiais milicianos (tenentes), que foram convocados para o efeito, à média de 100 por ano. Estes cursos, normalmente bianuais, destinavam-se a preparar capitães para o comando de companhias a mobilizar. A partir 1970, porque esta medida começou a revelar-se insuficiente, foi determinada a formação de capitães com base em instruendos do COM. Estes eram selecionados no final do segundo ciclo do COM, após o que seguiam para o Ultramar para cumprir estágio de quatro meses como adjuntos numa companhia operacional, voltavam à metrópole para fazer um curso de cinco meses de comandantes de companhia e eram mobilizados para o comando de uma companhia. O número de capitães formados por esta via de emergência foi em média de 160 por ano. (EME, 1973, p. 321)

### **c. Moral e Serviços de Pessoal**

Combater noutra continente, entre povos e culturas diferentes, o afastamento dos familiares, a distância física de Portugal e a pressão do ambiente de guerra, foram fatores que influenciaram o estado moral dos militares portugueses em Angola (Afonso & Gomes, 2000, p. 288).

No início do conflito, Portugal não dispunha nem de enquadramento legislativo nem de meios institucionalizados apropriados, de apoio a militares em situação de guerra. Não existia legislação prevista para regular os casos de morte e ferimento em combate, nem para apoio às famílias dos militares mobilizados. O movimento nacional feminino e a secção feminina da cruz vermelha portuguesa foram as organizações que, na metrópole, procuraram suprir as lacunas no apoio às famílias (Afonso & Gomes, 2000, p. 277).



Tendo em conta a preponderância da religião católica na sociedade portuguesa à data da campanha militar em Angola, a atuação dos capelães assumia particular destaque na consciência moral dos militares e na sua capacidade de resistência na adversidade. De facto, a celebração semanal da missa, a Páscoa e a época natalícia tinham um efeito psicológico positivo e de incremento da moral nas unidades, visto que permitia aos militares cumprir rituais e tradições culturais que estavam enraizadas na sua identidade como portugueses (Afonso & Gomes, 2000, p. 289).

Tendo em conta as características adversas do meio ambiente, a natureza do inimigo e as condições de isolamento em que as unidades viviam, foi considerado fundamental haver uma descentralização nas atividades recreativas, sendo disponibilizados os meios e verbas aos batalhões e companhias e nomeado um oficial que procurasse desenvolver estas atividades em cooperação com a população. O desenvolvimento de atividades neste âmbito teve um papel preponderante, visto que, além de proporcionar às tropas menos empenhadas a fuga à monotonia e rotina, possibilitava distração mental às unidades envolvidas em operações de maior intensidade, tendo funcionado também como meio para uma maior aproximação entre militares e civis (Santos, 2015).

O clima adverso em Angola, a constante insegurança das unidades que operavam em áreas sublevadas e os reflexos de natureza física e psíquica que esses factos originavam levaram à criação de zonas de repouso em regiões que oferecessem boas condições climáticas e de segurança, nomeadamente na capital. As unidades podiam beneficiar de período de repouso em zonas dentro de Angola, por espaço de tempo e com periodicidade variável consoante a natureza da região em que atuavam e da missão que desempenhavam (Santos, 2015).

O Serviço Postal Militar (SPM) é um elemento com reflexos positivos no nível moral das tropas e consequentemente no rendimento operacional das unidades.

Logo desde o início do conflito, se constatou a incapacidade dos serviços de correio de Angola e das estruturas militares existentes em efetuarem de forma eficaz a distribuição de toda a correspondência destinada aos militares em campanha (Barreiros, 2004).

Foi neste contexto que se tornou indispensável criar e operacionalizar um serviço militar, que fizesse a receção e distribuição da correspondência dos militares, mantendo por razões de segurança, o sigilo do local das forças em operações.

Em 23 de junho de 1961, S. Exa. o CEME, general Câmara Pina, determinou que se ativasse um serviço de correios militar que satisfizesse as necessidades decorrentes do



incremento exponencial de militares presentes no TO. Este serviço estabelecia-se através de uma cadeia contínua de órgãos postais militares desde a metrópole a todas as áreas em que se desenvolviam operações. O quadro inicial do SPM foi constituído exclusivamente por funcionários civis da administração geral dos correios, telégrafos e telefones e dos correios telégrafos e telefones do Ultramar (Aparício, 2015).

O serviço foi operacionalizado através da existência na metrópole de estações postais militares centrais, onde era concentrada toda a correspondência para efeitos de expedição e entrega, após o qual era selecionada e organizada por local de destino. A correspondência deveria conter um código de endereço de quatro algarismos, sendo que os primeiros três diziam respeito à unidade e o último indicava a província ultramarina, que no caso de Angola correspondia ao algarismo seis (Aparício, 2015). O meio de transporte amplamente empregue, entre a metrópole e Angola foi o meio aéreo, com vista a reduzir o tempo de entrega e recolha. No TO de Angola foi estabelecida a estação postal principal n.º 6, onde a correspondência era separada para ser encaminhada e distribuída pelos postos avançados de correspondência, que apoiavam até um efetivo máximo de 2500 militares. Para entrega nos locais isolados, foram constituídas as estações postais militares auto (itinerantes). Nos comandos e unidades foram ativados postos de correio onde os militares podiam recolher e entregar a sua correspondência (Aparício, 2015).

No âmbito das entrevistas conduzidas, foi ressaltado pelos oficiais entrevistados que o SPM na província de Angola funcionou de forma irrepreensível, nunca tendo falhado, mesmo nos locais mais inóspitos, difíceis e isolados (Santos, 2015), sendo que os aerogramas<sup>34</sup>, cartas e encomendas chegavam habitualmente em tempos inferiores a 15 dias (Aparício, 2015).

#### **d. Síntese Conclusiva**

Desde que, em 1961, eclodiu o conflito no TO de Angola que o volume de efetivos não parou de crescer até 1974. Inversamente, o ingresso de voluntários para a AM diminuiu com o prolongar do conflito, resultando numa diminuição dos oficiais dos QP nos postos de capitão e subalterno.

No que concerne à manutenção do moral, constata-se que houve uma notória preocupação do comando aos diversos escalões, em assegurar a realização de atividades que

---

<sup>34</sup> Impresso-carta, isento de porte e sobretaxa aérea, constituído por uma folha de papel com peso máximo de 3 gramas, que depois de dobrado não poderia exceder os limites máximos de 15x10,5 cm (Aparício, 2015).



permitted mitigate the psychological impact that the conflict provoked in the military. In this scope, the chaplains and the groups of recreational activities had a relevant role, and it is worth highlighting the SPM. In the particular case of the genesis of the SPM, the choice of individuals with an extensive *know-how* and experience in a field as specific as the management of mail is revealing of the special attention dedicated by the highest command levels, to ApPess, in order to avoid gaps that could lead to a decrease in the morale of the military.

The objective of this chapter was to analyze how the maintenance of the effective, the administration of the military personnel and the maintenance of the morale. Notwithstanding the constraints that arose with the evolution of the conflict, the support of personnel always met the needs with the means and resources that were at its disposal. Thus, it is considered valid the Hypothesis 3 in the measure that the ApPess was adequate and efficient for the development of the campaign in the TO of Angola.



## Conclusões

Em 1961 a doutrina logística teve que ser reformulada e adaptada para ações de contrassubversão. A insuficiência em recursos naturais, demográficos e financeiros, a natureza subversiva da guerra, a enorme distância do TO para a metrópole e a longa duração do conflito, tornaram a permanência de Portugal em África numa missão ambiciosa.

Ao considerarmos a logística como a ciência do planeamento, execução de movimentos e sustentação de forças e o ApSvc como a manutenção do potencial de combate da força durante o tempo necessário ao cumprimento da sua missão, desenvolvemos o tema **“Uma Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola (1961-1974)”** de acordo com uma abordagem científica baseada no método hipotético-dedutivo e dividindo-o em três partes.

O primeiro capítulo foi dedicado à análise da função logística Reabastecimento, nomeadamente às classes I – víveres, II – vestuário, fardamento e equipamento, III – combustíveis e lubrificantes e VI – artigos de cantina.

A expansão das indústrias militares para África, nomeadamente os estabelecimentos fabris do Ministério do Exército, permitiu acionar uma rede de órgãos logísticos avançados adaptada ao dispositivo tático, que foram capazes de garantir o apoio necessário às unidades, nomeadamente às que se encontravam onde os conflitos de maior intensidade ocorriam, sendo assim decisivos para a sustentação do esforço de guerra em África pela relativa autonomia face ao estrangeiro que foram capazes de assegurar, concretamente no que diz respeito à produção de grande parte das munições e armamento ligeiro utilizados, equipamento pessoal, medicamentos, víveres e à reparação e manutenção de meios. A descentralização das estruturas de apoio foram o resultado da adaptação do sistema logístico às características do TO, visando responder às necessidades operacionais das nossas forças.

Mesmo com a existência de uma enorme distância entre Portugal e o TO e posteriormente com as limitações às importações, foi conseguida a manutenção de um apoio de excelência às tropas com o aproveitamento dos recursos existentes em Angola, de tal forma que nunca foi sentido a existência de dificuldades em relação aos abastecimentos.

O objetivo deste capítulo foi demonstrar a forma como foi efetuado o sistema de reabastecimentos para e no TO de Angola e de que modos e condições foram feitos. Com base nas entrevistas efetuadas ao general Loureiro dos Santos (2015) e ao tenente-coronel Aparício (2015), foi possível comprovar a qualidade do ApSvc durante o conflito e como a



sua efetividade no terreno capacitou as nossas forças de forma a manterem a operacionalidade. Deste modo, consideramos terem existido algumas perturbações no término dos conflitos, de baixo valor a nível operacional devido à existência de três TO em simultâneo e assim a Hipótese 1 encontra-se validada durante a maioria das operações no TO de Angola.

No segundo capítulo analisámos a função logística Manutenção, nomeadamente como foi efetuada a manutenção de unidade e intermédia.

O complexo fornecimento de sobressalentes e os insuficientes recursos humanos técnicos foram resultado da lassidão que Portugal enfrentou nas campanhas militares ultramarinas. Contudo, podemos afirmar que apesar dos problemas registados em termos logísticos, os mesmos não foram mais gravosos devido à fiabilidade dos equipamentos utilizados e ao serviço efetuado pelos órgãos de manutenção.

A reestruturação efetuada de modo a adaptar as atividades de manutenção às características do TO e as reformulações ocorridas durante o conflito revelaram-se fundamentais para que o serviço fosse desempenhado o mais eficazmente possível.

Assim, consideramos validada a Hipótese 2, no sentido em que perante as dificuldades retratadas, o reforço aos baixos escalões (companhia) de capacidades de manutenção superior revelou-se determinante para o melhor cumprimento das tarefas de manutenção, tendo permitido uma maior autonomia das subunidades e consequentemente uma maior prontidão das mesmas.

Por fim, analisámos o ApPess segundo funções específicas, de modo a encontrarmos uma resposta à QD3: De que forma as funções específicas efetivos, pessoal militar e moral e serviços de pessoal se adequaram às operações?

Da análise efetuada verificámos que o volume de efetivos não parou de crescer até 1974. Se os efetivos globais não cessaram de crescer, o mesmo não se pode concluir dos candidatos a oficiais do QP que concorriam à AM. A acentuada quebra de novos ingressos nos QP, particularmente a partir de 1968, resultou numa diminuição no número desses oficiais nos postos de capitão e subalerno.

Vimos também que foram realizadas diversas atividades no âmbito da manutenção do moral, com o objetivo de reduzir o impacto psicológico que o conflito provocava nos militares. Neste âmbito, os capelães e os grupos de atividades recreativas tiveram um papel relevante, a par do SPM que mereceu especial atenção dos mais altos escalões de comando.



Estas atividades foram executadas por forma a se evitar lacunas que pudessem conduzir a uma diminuição do moral.

Este capítulo tinha como objetivo analisar como se processava a manutenção do efetivo, a administração do pessoal militar e a manutenção do moral. Com a evolução do conflito surgiram constrangimentos, no entanto o ApPess sempre supriu as necessidades com os meios e recursos que tinha à sua disposição. Consideramos que o ApPess foi adequado e eficiente para o desenrolar da campanha no TO de Angola e deste modo a Hipótese 3 é válida.

Como corolário do nosso trabalho respondemos à questão de partida formulada: De que forma contribuiu o Apoio de Serviços para as Operações em Angola? Ao demonstrarmos que apesar de todas as insuficiências e dificuldades, Portugal conseguiu garantir as condições essenciais à sua permanência em África durante os 13 anos de conflito e a descentralização do ApSvc aos escalões companhia foi essencial para a concretização deste objetivo, pois apesar de não ter sido isento de falhas, soube adaptar-se e foi suficientemente flexível para acompanhar de perto o evoluir da manobra operacional.



## Bibliografia

Abril, C. d. D. 2. d., 2012. *Treze Anos de Guerra: Logística*. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=logistica> [Consult.06 Mar. 2015].

Afonso, A e Gomes, C.M., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.

Afonso, A., 2009. *Aspectos da Guerra Colonial (1961-1975)*. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=15621> [Consult. 22 Dez. 2014].

Affonso, Al., 2010. *Navios Roll-on/Roll-off*. Disponível em: <http://www.projetomemoria.org/2010/03/navios-roll-onroll-off/> [Consult. 14Mar. 2015].

AHMEME, 1962. DIV/2/2/163/6. *Organização Territorial e Principais Bases da Organização do Apoio Logístico*.

AHMEME, 1962. DIV/7B/29/3/342/23. *Reorganização e Funcionamento do Serviço de Intendência*. Luanda.

AHMEME, 1964. DIV/7B/29/340/8. *Novos Aspetos de Apoio do Serviço de Material na Região Militar de Angola*.

AHMEME, 1968. DIV/7B/29/340/8. *Relatório*.

AHMEME, 1969. DIV/2/2/176/2. *Relatório Anual 1969, Região Militar de Angola, Quartel-General, 4ª Repartição: Logística*.

AHMEME, 1970. DIV/7B/30/344/3. *Organização Territorial de Campanha*.

AHMEME, 1972. DIV/7A/73/10/114/85. *Relatório de Situação Logística*.

AHMEME, 1972. DIV/7A/73/10/114/86. *Relatório de Situação Logística*.

AM, 1959. *Anuário de 1958/1959*.

AM, 1974. *Anuário de 1973/1974*.

Aparício, J., 2015. *O Apoio de Serviços em Angola*. Entrevistado por Costa, T., et al. Pedrouços, 19FEV15.

Alves, J., 2013. *A Logística das Forças Armadas em Operações de Apoio à Paz, de Estabilização, de Apoio ao Desenvolvimento e de Ajuda Humanitária*. IESM.

Barreiros, E. e Barreiros, L., 2004. *História do Serviço Postal Militar / History of Portuguese Military Postal Service*. Lisboa: Edição de Autor.

Barreiros, E. e Barreiros, L., 2009. *Guerra Colonial 1961-1974 \* Aerogramas Militares \* O M.N.F. e o Serviço Postal Militar*. Disponível em: [http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=169%3Aguerra-colonial-1961-1974-aerogramas-militares-o-mnf-e-o-servico-postal-militar&catid=26%3Aboletim-no-410&Itemid=15](http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=169%3Aguerra-colonial-1961-1974-aerogramas-militares-o-mnf-e-o-servico-postal-militar&catid=26%3Aboletim-no-410&Itemid=15) [Consult. 22 Dez. 2014].



Uma Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola (1961-1974)

---

---

Borges, V., 2009. *Academia Militar e a Guerra de África – A Formação de Quadros 1960-1974*. AM.

Cann, J., 1998. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O Modo Português de Fazer a Guerra*. S. Pedro do Estoril, Atena, Lda.

Cann, J., 2005. *Contra-Subversão em África: Como os Portugueses fizeram a Guerra de África*. Lisboa, Prefácio.

CECA, E., 1997. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) (2º Volume – Dispositivo das Nossas Forças – Angola)*. 2ª Ed. Lisboa.

CECA, E., 1998. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) (6º Volume – Aspectos da Actividade Operacional – Tomo I Angola – Livro 1)*. 1ª Ed. Lisboa.

Coimbra, U., 2012. *Treze Anos de Guerra: Logística*. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=logistica> [Consult. 06 Mar. 2015].

Comando da Logística, 1995. NEP 9-4.01 *NEP's dos Serviços de Material*. Direção dos Serviços de Material.

Comando da Logística, 2008. NEP/DMT.40.500/12/CMDLOG *Definição do Conceito de Manutenção de Material*.

EME, C., 1966. *Parecer*. Lisboa.

EME, 1973. *Anuários da Guerra de África*.

Exército Português, 2012. *PDE 3-00 OPERAÇÕES*.

Exército Português, 2013. *PDE 4-00 LOGÍSTICA*.

Fraga, L.A., 2014. *A Guerra Colonial (1961-1974)*. s.n.

Guerra Colonial, 2014. Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/home> [Consult. 22 Dez. 2014].

Instituto de Estudos Superiores Militares, 2010. *ME-51-30-07 PESSOAL EM CAMPANHA*.

Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014. *NEP/ACA – 010 Trabalhos de Investigação*.

Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014. *NEP/ACA – 018 Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM*.

Lé, N., et al, 2012. *O Serviço de Funerais e Registo de Sepulturas na Guerra do Ultramar e nas Forças Nacionais Destacadas*. EPS.



Uma Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola (1961-1974)

---

---

Lopes, L., 2009. *Contra-subversão em África*. Disponível em: <http://www.forum-paraquedistas.com/index.php?PHPSESSID=ppf6doquima03upe3kpe2p65a2&topic=2061.0> [Consult. 22 Dez. 2014].

Luz, J., 2001. *A Complementaridade da Logística Civil num Teatro de Operações*. IAEM.

Martins, J., 2013. *Fábricas de Soldados*. Lisboa: Edição de Autor.

Mendes, M., 2010. *MVL*. Disponível em: <https://cc3413.wordpress.com/tag/mvl/> [Consult. 16 Mai. 2015].

Mesquita, T., 2011. No início e no fim da Guerra em Angola. *Revista Militar*, Volume junho/julho.

Ministério da Defesa Nacional, 1971. *DL n.º 478/71 de 06 de Novembro*, Lisboa: Diário do Governo - 1.ª Série, Nº 261-Suplemento, de 06.11.1971, Pág. 1698-(1).

Ministério do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*, vol. I.

Ministério do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*, vol. V.

Monteiro, P.S., 2013. A Logística de Portugal na Guerra Subversiva de África. *Revista Militar* N.º 2539/2540, 725-764.

Nunes, A., 2014. Os Assaltos de 4 de Fevereiro em Luanda e o Massacre de 15 de Março no Norte de Angola – Antecedentes. *Revista Militar* N.º 2545/2546. Disponível em: [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=906](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=906) [Consult. 17 Mar. 2015].

Priberam Dicionário, 2015. *Cabotagem*. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/cabotagem>. [Consult. 26 Mai. 2015].

Quivy, R. *et al*, 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª Ed. Lisboa, Gradiva.

Reis, J., 2012. Guerra Subversiva – Lições Aprendidas e Contributos para o Reajustamento da doutrina Nacional. *Boletim Ensino | Investigação* Nº 12, 37-65.

Santos, J., 2015. *O Apoio de Serviços em Angola*. Entrevistado por Silva, N., *et al*. Lisboa, 04FEV15.

Sebastião, E., 2010. *A Sustentação Logística das FND. Um Modelo Conceptual para as Forças Armadas Portuguesas*. IESM.

Silva, A., 2010. *Guerra de África (1960-1975) Comando de Companhias de Combate*. Lisboa: Edição de Autor.

Silva, J., 2012. *A Artilharia na Guerra de África (1961-1974): Um estudo em torno da mobilização das unidades de Artilharia*. AM.



Uma Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no  
Teatro de Operações de Angola (1961-1974)

---

---

Tavares, J., 2013. A Logística do Exército em África (1961/74): Princípios, funções e organização. *Revista Militar* N.º 2535. Disponível em: [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=815](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=815) [Consult. 28 Nov. 2014].



Anexo A – Organização Territorial de Campanha

# ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE CAMPANHA

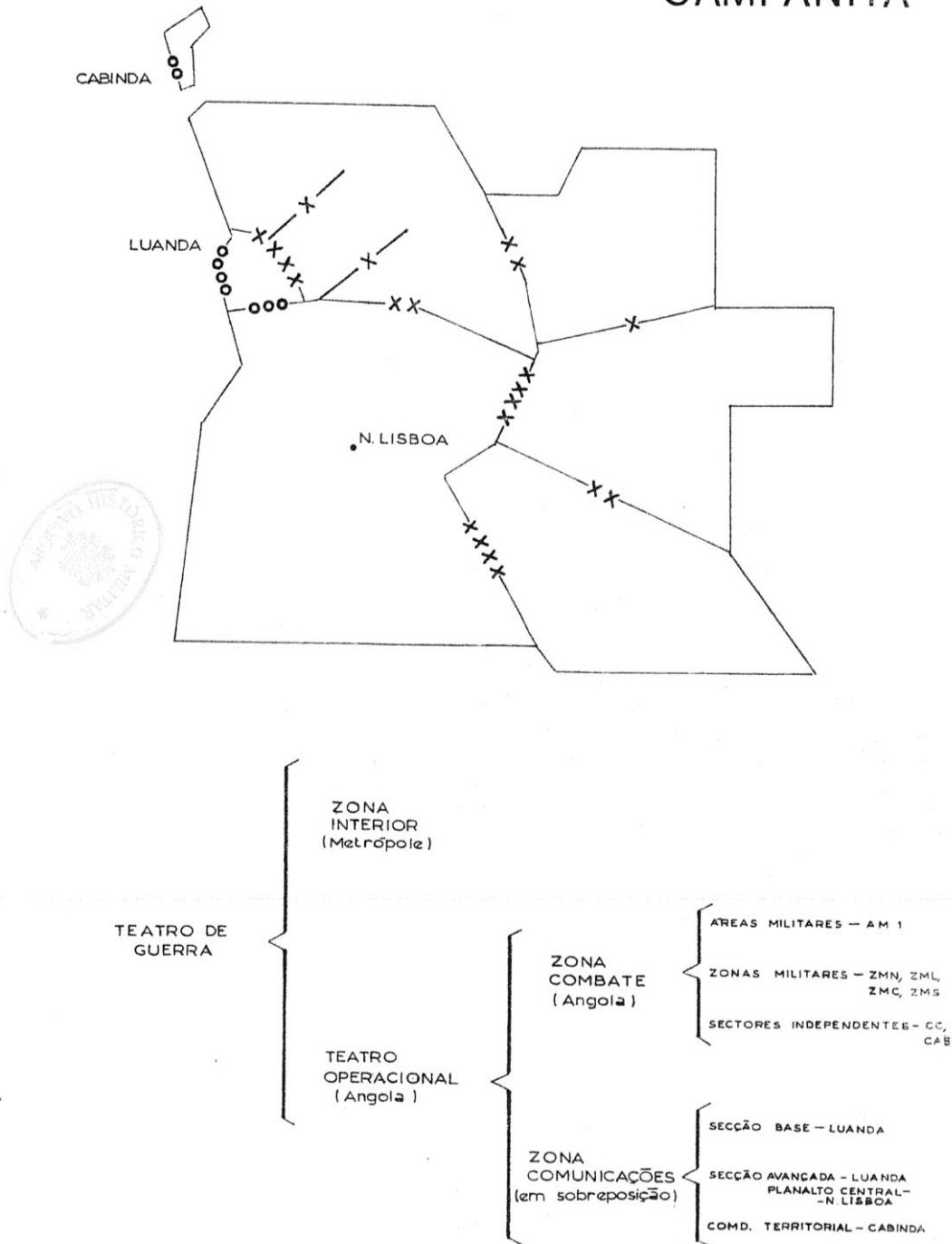


Figura nº 3 – Organização Territorial de Campanha  
Fonte: AHMEME, 1970, DIV/7B/30/344/3



Anexo B – Dispositivo Logístico e Administrativo 1962

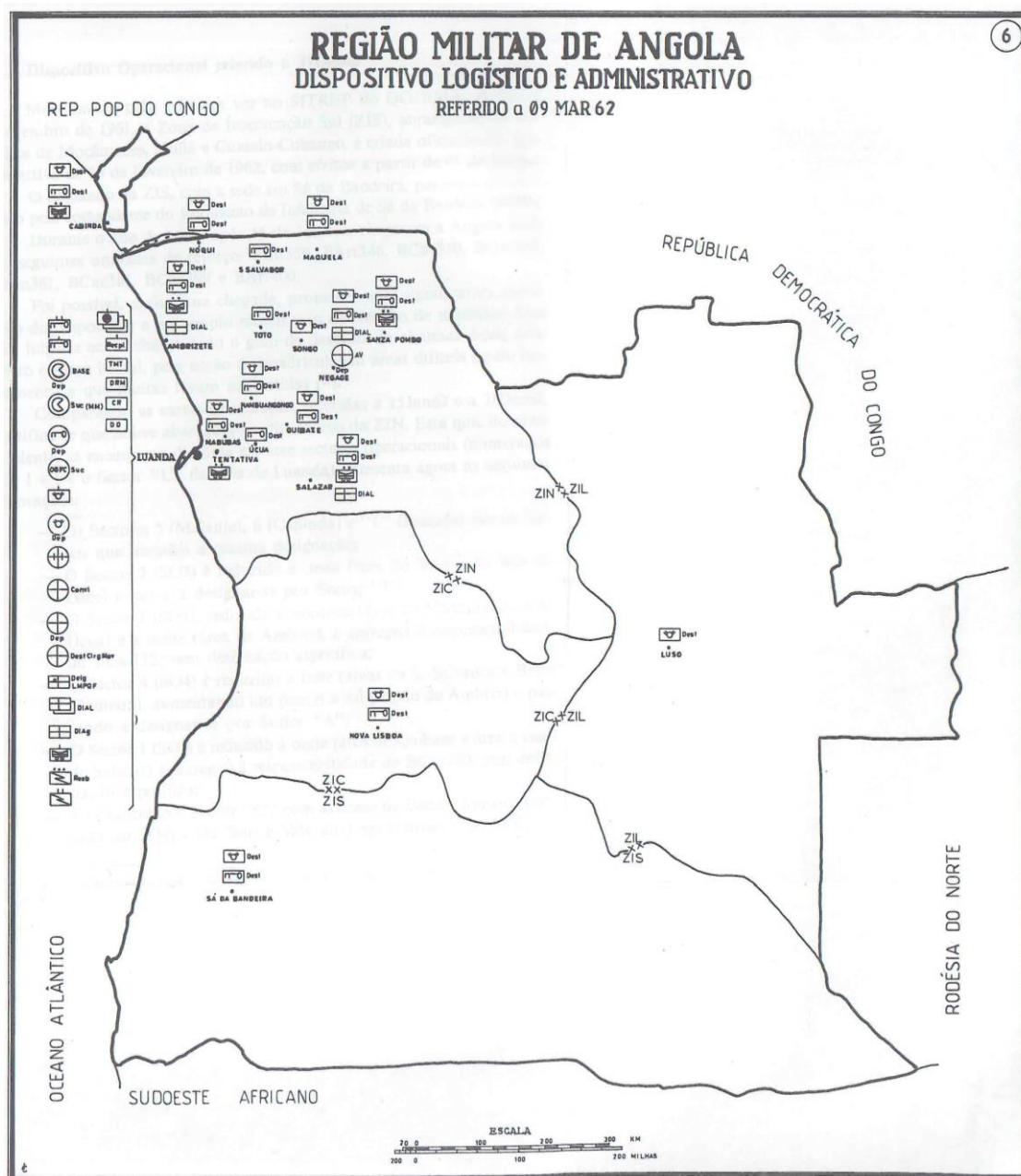


Figura nº 4 – Dispositivo Logístico e Administrativo 1962  
Fonte: CECA, 1997, 2º vol, p. 101



Anexo C – Mapas de Recursos Logísticos

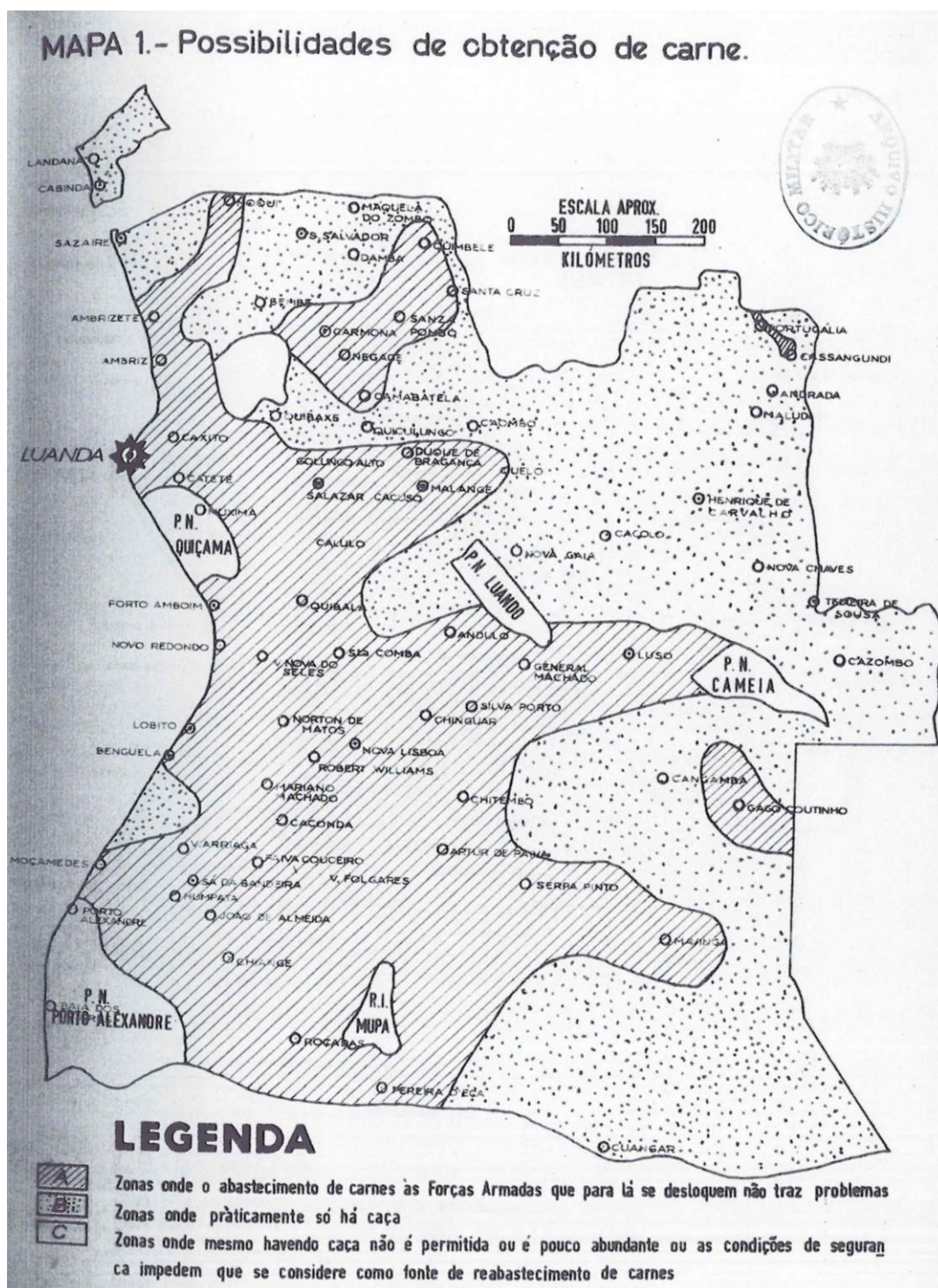


Figura nº 5 – Mapa 1 – Possibilidades de Obtenção de Carne  
Fonte: AHMEME, 1962, DIV/2/2/163/6

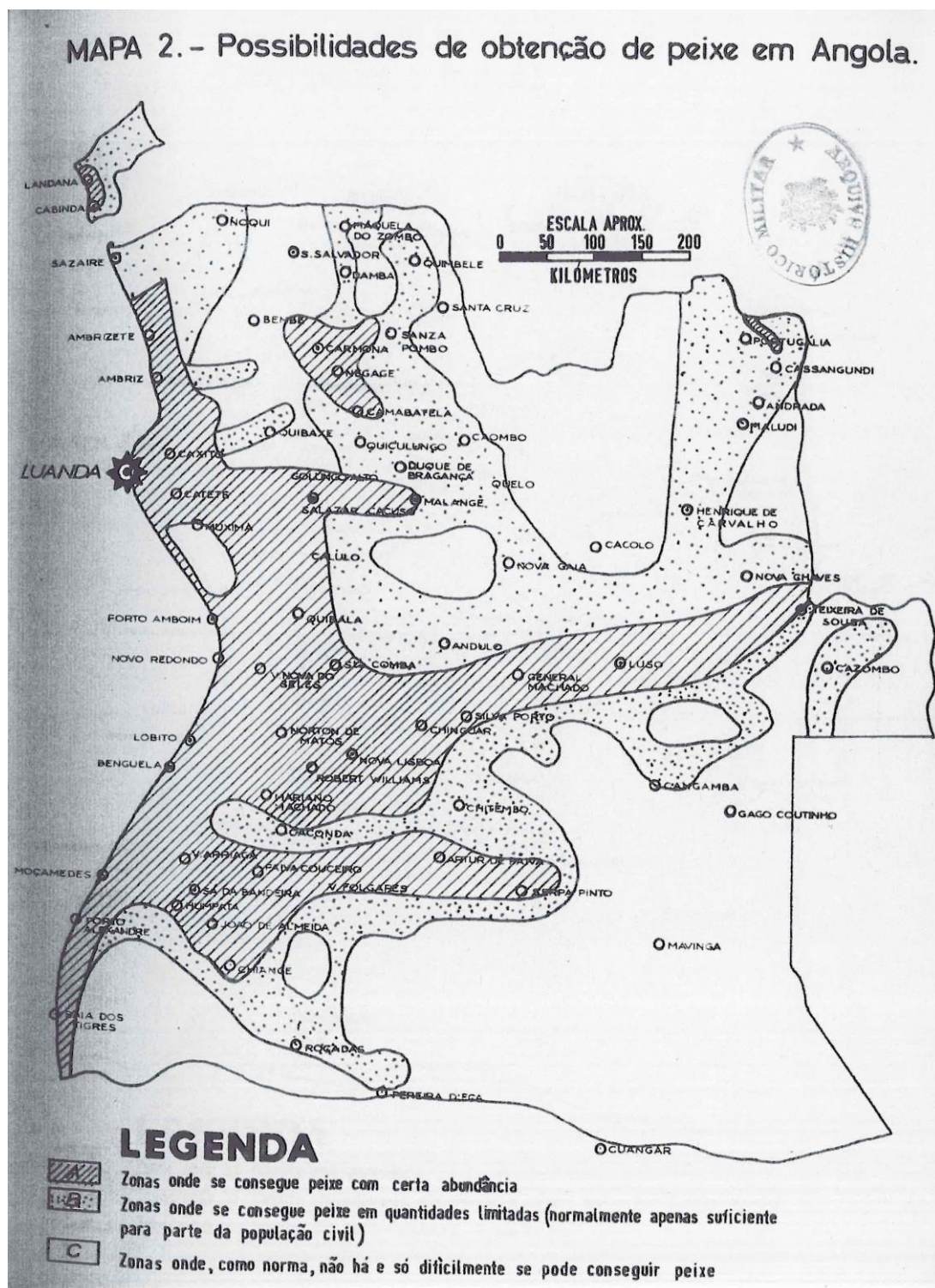


Figura nº 6 – Mapa 2 – Possibilidades de Obtenção de Peixe  
Fonte: AHMEME, 1962, DIV/2/2/163/6

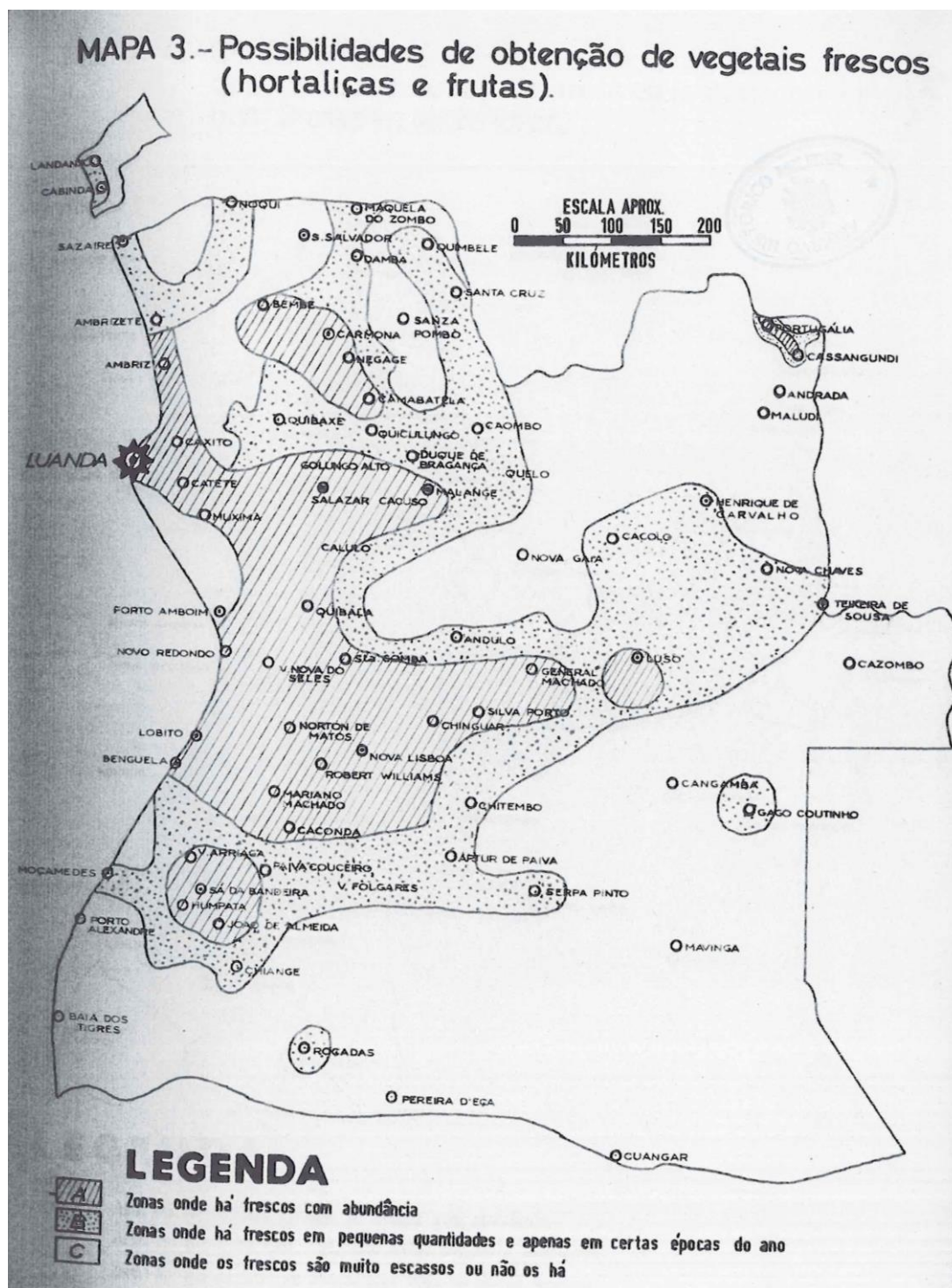


Figura nº 7 – Mapa 3 – Possibilidades de Obtenção de Vegetais Frescos  
Fonte: AHMEME, 1962, DIV/2/2/163/6

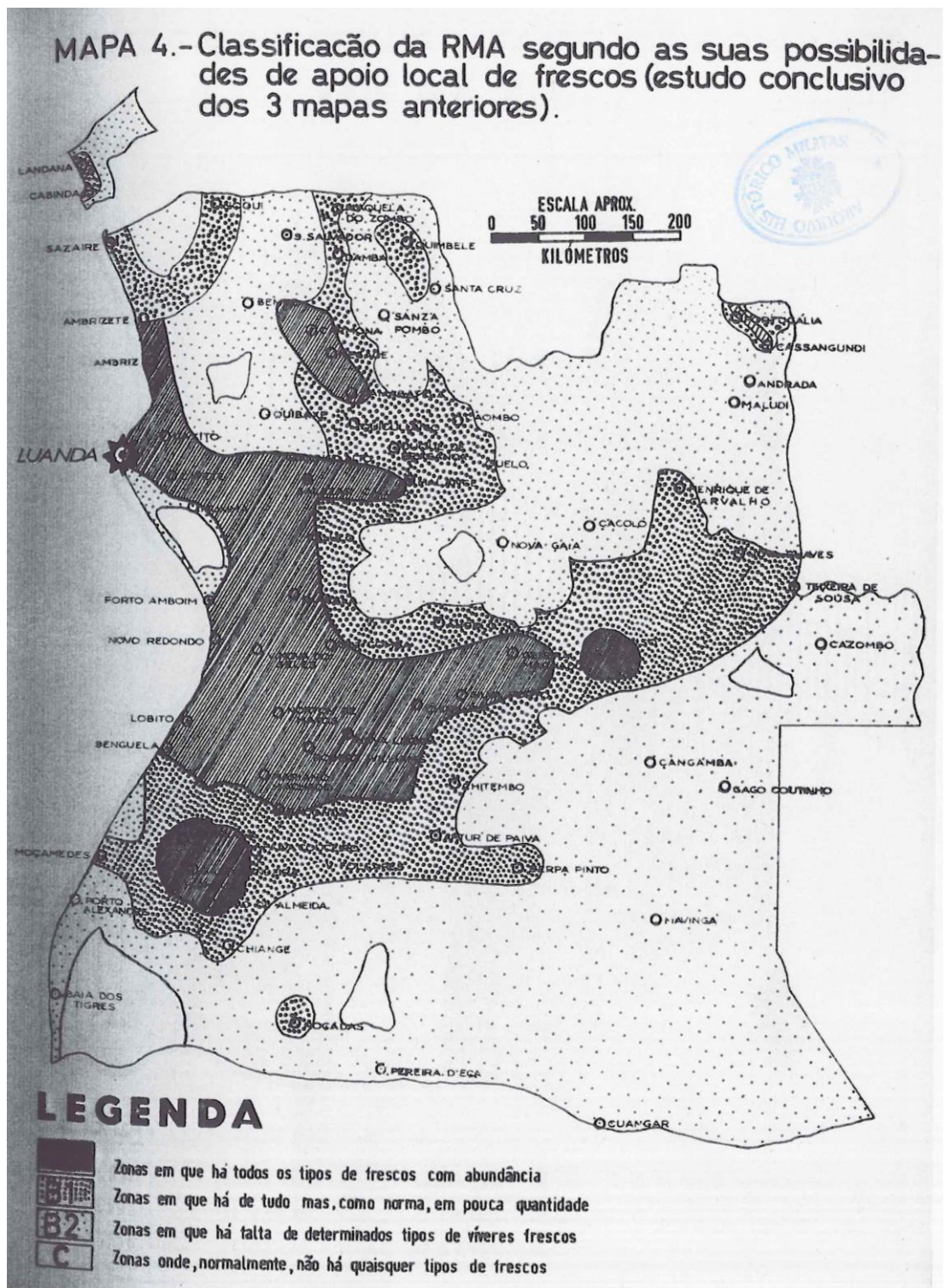


Figura nº 8 – Mapa 4 – Classificação do TO  
Fonte: AHMEME, 1962, DIV/2/2/163/6



Anexo D – Preço Médio de Combustíveis

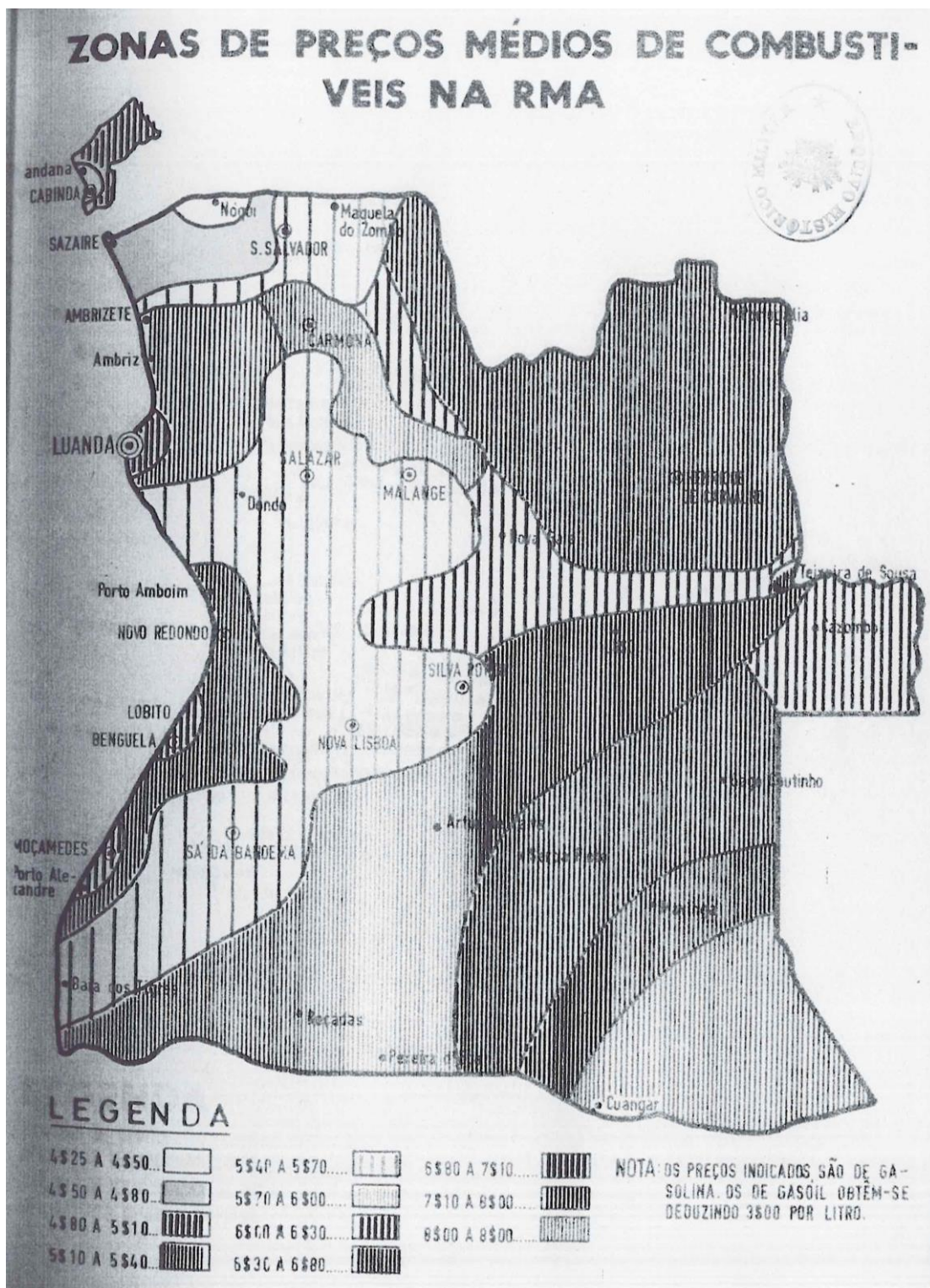


Figura nº 9 – Zonas de Preços Médios de Combustíveis  
Fonte: AHMEME, 1962, DIV/2/2/163/6



Anexo E – Dispositivo Logístico e Administrativo 1965

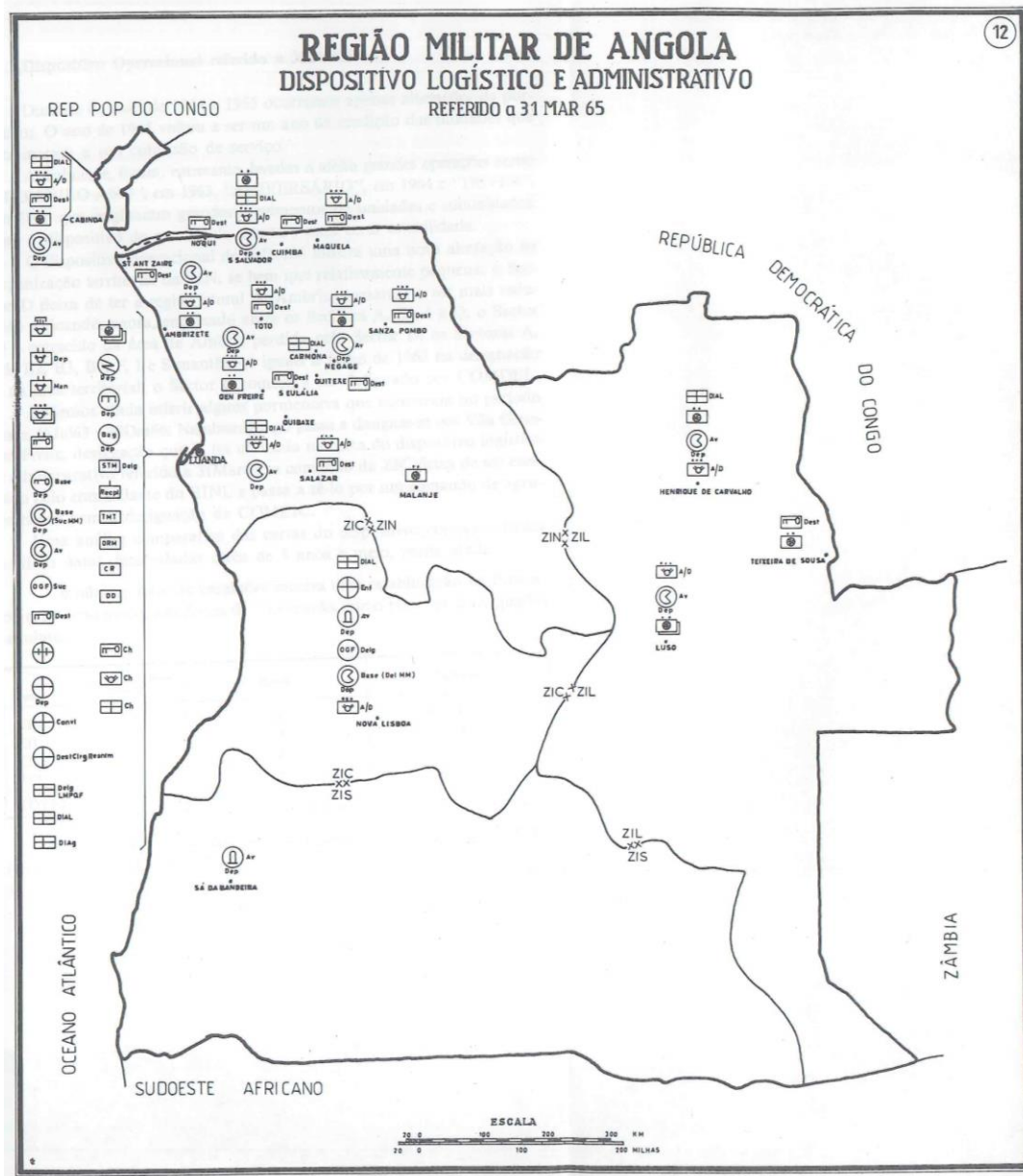


Figura nº 10 – Dispositivo Logístico Administrativo 1965  
Fonte: CECA, 1997, 2º vol, p. 125





### Anexo G – Organigrama do Serviço de Manutenção no TO de Angola

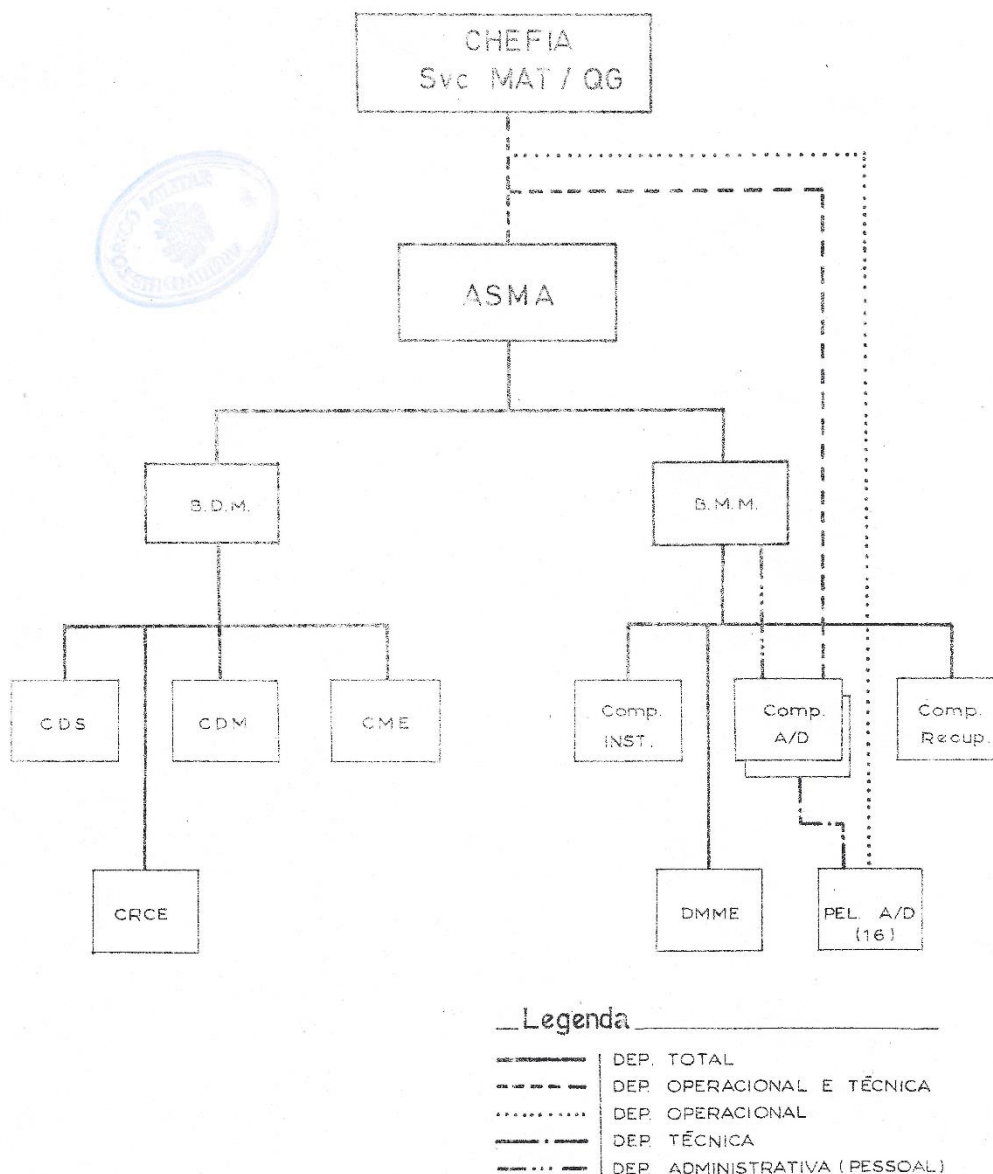


Figura nº 12 – Organigrama do Serviço de Manutenção no TO de Angola<sup>35</sup>  
Fonte: AHMEME, 1970, DIV/7B/30/344/3, p. 96

<sup>35</sup> Abreviaturas:

- ASMA – Agrupamento do Serviço de Material de Angola
- BDM – Depósito de depósito de material
- CDS – Companhia de Depósito de Sobressalentes
- CRCE – Companhia de Reunião, Classificação e Evacuação
- CDM – Companhia de Depósito de Material
- CME – Companhia de Munições e Explosivos
- BMM – Batalhão de Manutenção de Material
- Comp INST – Companhia de Instrução
- DMME – Destacamento de Manutenção de Material Eletrónico
- Comp A/D – Companhias de Apoio Direto
- Pel A/D – Pelotões de Apoio Direto
- Comp Recup – Companhia de Recuperação



Anexo H – Localização dos Órgãos Logísticos do Serviço Material

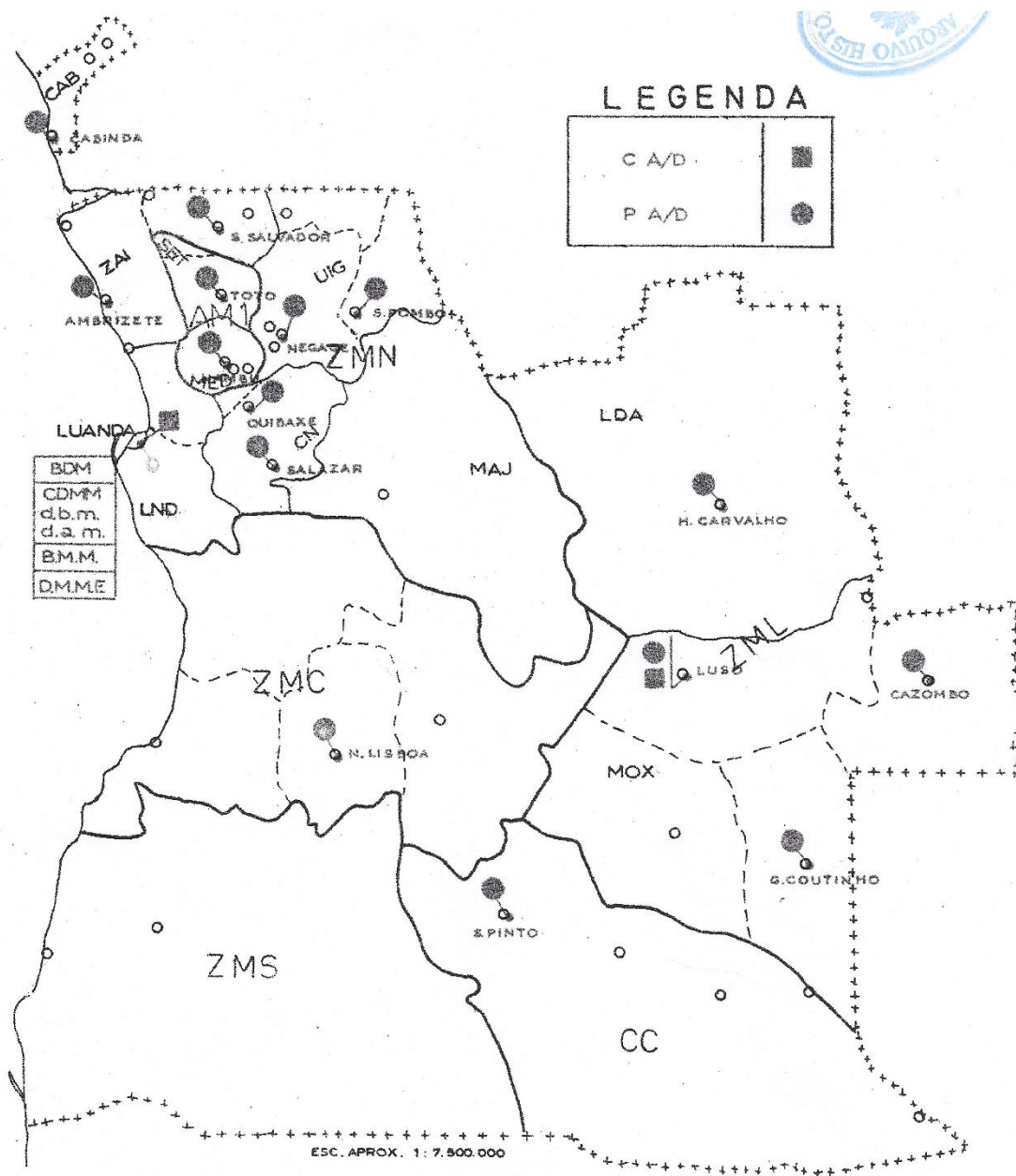


Figura nº 13 – Localização dos Órgãos Logísticos do Serviço Material  
Fonte: AHMEME, 1970, DIV/7B/30/344/3, p. 97



## Anexo I – Unidades Mobilizadas para Angola

**Tabela nº 3** - Unidades Mobilizadas para TO de Angola de 1961 a 1974  
Fonte: Martins, 2013, p. 9

<b>Designação</b>	<b>Número de Unidades</b>
Batalhão de Artilharia	37
Batalhão de Caçadores	137
Batalhão de Cavalaria	31
Batalhão de Intendência	1
Bateria de Artilharia	17
Bateria de Artilharia Antiaérea	5
Comando de Agrupamento	37
Comando Operacional	3
Companhia de Recompimento	1
Companhia de Artilharia	175
Companhia de Auto Macas	1
Companhia de Caçadores	539
Companhia de Cavalaria	128
Companhia de Comandos	10
Companhia de Construções	12
Companhia de Engenharia	22
Companhia de Intendência	16
Companhia de Polícia Militar	21
Companhia de Sapadores	5
Companhia de Transportes	23
Deleg. do depósito base de víveres	1
Deleg. Lab. Milit. Prod. Quimic. Farmac.	1
Depósito Avançado de Víveres	17
Destac. de Cirurgia Móvel	1
Destac. de Intendência	40
Destac. Foto-Cine	4
Destac. Inspeção de Aguas	6
Destac. Manut. Mat. Eléctrico	6
Destac. Manutenção Material	15
Destac. Mistos Cirurg. Reanimação	6
Destac. Sanitário	1
Destac. Inspeção de Alimentos	40
Destac. Sapadores Cam. Ferro	2
Equipa Sanitária Detec. Doenças Tropicais	2
Grupo de Artilharia de Campanha	3
Pelotão de Apoio Directo	88
Pelotão de Artilharia Antiaérea	28
Pelotão de Caçadores	10
Pelotão de Canhões sem Recuo	21



Uma Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola (1961-1974)

---

Pelotão de Intendência	67
Pelotão de Morteiros	141
Pelotão de Polícia Militar	19
Pelotão de Reconhecimento	12
Secção de Cães de Guerra	13
Secção de Lança-Chamas	2
Secção de Projectores	15
Secção de Radares	4
Secção de Transportes	10
Sub-deleg.Lab. Milit. Prod. Quimic. Farmac.	2
<b>Total</b>	<b>1798</b>



## Apêndice A – Estrutura Logística

Em 1968 a estrutura logística estava organizada pelos seguintes órgãos:

1. ChfSvcInt, que dirigia, controlava e fiscalizava as atividades logísticas do Serviço no TO de Angola. Esta dependia a nível operacional do comando do TO e a nível técnico da direção do SvcInt.
2. DBV da sucursal da MM, que detinha as seguintes possibilidades:
  - a. Apoiar em víveres, indiretamente todo o TO e diretamente a delegação do DBV em Nova Lisboa e os OrgAvInt sediados no setor de Cabinda, AM1 e ZMN;
  - b. Apoiar as unidades abastecidas diretamente da base logística ou à passagem dos MVL ou por via aérea;
  - c. Apoiar diretamente o setor Cuanza sul/ZMC;
  - d. Administrar o rancho da guarnição de Luanda;
  - e. Acionar um centro de fabrico de pão e um centro de abate em Luanda;
  - f. Capacidade de armazenagem coberta de cerca de 6000000 kg;
  - g. Conservar em depósito um nível<sup>36</sup> de Ração Normal de Víveres (RNV) para 30 dias e um avanço<sup>37</sup> de 20 dias;
  - h. Armazenar 105000 Rações de Combate (RC).
3. DepTerViv situado em Nova Lisboa e que detinha as seguintes possibilidades:
  - a. Apoiar, indiretamente, em víveres a ZML e o setor Cuando-Cubango;
  - b. Apoiar, diretamente, em víveres a ZMC (à exceção do setor Cuanza sul) e ZMS;
  - c. Administrar o rancho da guarnição de Nova Lisboa;
  - d. Capacidade de armazenagem coberta de cerca de 700000 kg;
  - e. Conservar em depósito um nível de RNV para 30 dias e um avanço de 20 dias;
  - f. Armazenar 45000 RC.
4. DB que detinha as seguintes possibilidades:
  - a. Constituir depósito territorial de artigos de cantina, lubrificantes, fardamento e material diverso;

---

<sup>36</sup> Nível entende-se por uma reserva, sem frescos ou deterioráveis, a manter para fazer face a emergências.

<sup>37</sup> Avanço destina-se a assegurar a satisfação das necessidades diárias de reabastecimento.



Uma Análise da Função de Combate Apoio de Serviços na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola (1961-1974)

---

---

- b. Apoiar, indiretamente, em artigos de cantina todo o TO;
  - c. Apoiar, diretamente, a delegação do DB em Nova Lisboa, OrgAvInt sediados no setor de Cabinda, AM1 e ZMN;
  - d. Apoiar, diretamente, o setor Cuanza sul/ZMC;
  - e. Apoiar, diretamente, todas as unidades em fardamento e material diverso;
  - f. Acionar uma cantina em Luanda para apoio à família militar e outra de apoio ao campo militar do Grafanil;
  - g. Capacidade de armazenagem coberta de cerca de 54000 m<sup>2</sup>;
  - h. Conservar em depósito um nível de artigos de cantina para 30 dias e um avanço de 20 dias, de três meses de consumo médio de fardamento para cada uma das dotações e equipamentos orgânicos para quatro batalhões referente a material diverso;
  - i. Os níveis de cerveja e de refrigerantes estavam a cargo das fábricas;
  - j. Os níveis de combustíveis e lubrificantes eram mantidos obrigatoriamente pelas companhias adjudicatárias.
5. Delegação do DB em Nova Lisboa que detinha as seguintes possibilidades:
- a. Constituir-se como depósito territorial de artigos de cantina;
  - b. Apoiar, indiretamente, em artigos de cantina a ZML e o setor Cuando-Cubango;
  - c. Apoiar, diretamente, a ZIC (à exceção do setor Cuanza sul) e ZIL;
  - d. Capacidade de armazenagem coberta de cerca de 460 m<sup>2</sup>;
  - e. Conservar em depósito um nível de artigos de cantina para 30 dias e um avanço de 20 dias e de três meses de consumo médio de fardamento para cada uma das dotações.
6. Centro de manutenção e recuperação de fardamento em Luanda e que detinha as seguintes possibilidades:
- a. Apoiar o efetivo total do TO;
  - b. Receber os artigos a recuperar do DB, a quem os devolve depois de recuperados para re completamento dos níveis;
  - c. Acionar departamentos comerciais em Luanda para vender à família militar artigos militares, tecidos e utilidades;
  - d. Capacidade de armazenagem coberta de 475 m<sup>2</sup> no armazém geral e de 313 m<sup>2</sup> no armazém de artigos diversos.



7. Delegação do centro de manutenção e recuperação de fardamento em Nova Lisboa e que detinha as seguintes possibilidades:

a. Acionar um departamento comercial em Nova Lisboa para vender à família militar artigos militares, tecidos e utilidades;

b. Capacidade de armazenagem coberta de cerca de 80 m<sup>2</sup>.

8. Batalhão de intendência de Angola que detinha as seguintes possibilidades:

a. Ministrando instrução de todas as especialidades do SAM aos recrutas;

b. Ministrando instrução de especialidades do SAM (intendência, contabilidade e pagadoria) e do serviço de pessoal (secretariado) ao COM;

c. Ministrando instrução de especialidades do SAM (intendência e alimentação) ao curso de sargentos milicianos.

9. Companhia de intendência de apoio geral que detinha as seguintes possibilidades:

a. Organizar destacamentos de intendência eventuais;

b. Constituir uma reserva de pessoal técnico para apoio aos OrgAvInt;

c. Constituir uma reserva de pessoal do serviço de intendência para atribuição às unidades da guarnição normal;

d. Constituir, provisoriamente, um centro de instrução das especialidades do serviço de intendência na falta de companhia de instrução.

10. Companhias de intendência de apoio direto que detinham as seguintes possibilidades:

a. Estavam localizadas sete em todo o TO;

b. Como órgãos de chefia unicamente exerciam uma ação de superintendência técnica e de fiscalização administrativa sobre os PelInt que lhe estavam subordinados;

c. Funcionar como antenas da ChfSvcInt.

11. Pelotões de Intendência que detinham as seguintes possibilidades:

a. Estavam localizados 21 em todo o TO;

b. Apoiar em víveres e artigos de cantina os efetivos da zona militar atribuída;

c. Conservar em depósito um nível para 30 dias e um avanço de 10 dias. Em regra 80% dos níveis e avanço são RNV e os restantes 20% de RC.

Ao nível tático, o reabastecimento era específico por classes de abastecimentos e conduzia-se da seguinte forma:



- a. Na ZMC, as unidades estacionadas são abastecidas, sempre que possível, por recursos locais ou através do DepTerViv e delegação do DB em Nova Lisboa;
- b. Na ZML, por caminho-de-ferro até Luso e T. Sousa a partir do DepTerViv e delegação do DB, ambos em Nova Lisboa. A partir destas localidades era feito por via rodoviária para as unidades;
- c. Setor Cuando-Cubango por via rodoviária, a partir do PelInt em Serpa Pinto que por sua vez era abastecido pelo DepTerViv e delegação do DB em Nova Lisboa;
- d. A ZMS era, sempre que possível, através dos recursos locais ou por intermédio do DepTerViv e delegação do DB em Nova Lisboa.

12. Concernente aos combustíveis e lubrificantes, o processo de reabastecimento fazia-se do seguinte modo:

- a. As linhas de reabastecimento eram as utilizadas para o reabastecimento de víveres;
- b. O processo de reabastecimento, e para o ano de 1968, fazia-se da seguinte forma:
  - (1) Requisição trimestral à ChfSvcInt para satisfação das necessidades previstas para o trimestre;
  - (2) Requisição eventual à ChfSvcInt para suprir faltas originadas por consumos mais elevados ou quaisquer outras razões;
  - (3) Ao abrigo da adjudicação para o fornecimento de lubrificantes, a ChfSvcInt satisfazia os pedidos das unidades diretamente através do DB ou por intermédio dos PelInt. Desta forma uniformizaram-se os tipos de lubrificantes consumidos em todo o TO e na adjudicação conseguiu-se obter preços sensivelmente mais baixos para cada referência.